

**O PROGRAMA DE EXTENSÃO EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E TURISMO DE
BASE COMUNITÁRIA DO INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA
(IFSC) E A POLITICA FEDERAL DE SALVAGUARDA DO
PATRIMÔNIO IMATERIAL**

Claudia Hickenbick

Matrícula SIAPE 1164753

Tese inédita apresentada para ascensão à classe de Titular da Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), nos termos da Resolução N. 05/2014/CONSUP.

Florianópolis, agosto de 2023.

Ao Instituto Federal de Santa Catarina

RESUMO

O Programa de Extensão Educação Patrimonial e Turismo de Base Comunitária do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) e a Política Federal de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial.

A presente investigação aborda a relação entre o Programa de Extensão Educação Patrimonial e Turismo de Base Comunitária e a Política Federal de salvaguarda do patrimônio imaterial, assumindo os pressupostos da investigação qualitativa, ao realizar pesquisa documental sobre o caso, no qual a autora tem participação ativa, para analisá-lo em profundidade, e tomando em consideração, na construção dos dados, os significados atribuídos pelos sujeitos implicados na sua execução.

O Programa foi criado em 2021 e é resultado da experiência dos Câmpus integrantes (Florianópolis-Continente e Garopaba) e de dois estudos de doutorado realizados entre 2018 e 2022; por meio de ações de acompanhamento, articulação, formação, comunicação e gestão, têm sido desenvolvidos trabalhos junto a pescadores, povos de terreiro, capoeiras, ceramistas, quilombolas, famílias ligadas aos engenhos de farinha do litoral de Santa Catarina. A Política Federal voltada para o patrimônio imaterial tem como marco importante a publicação do Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000 que instituiu o Registro como instrumento de salvaguarda; em 2015, foram estabelecidas diretrizes para a proteção do patrimônio, apoiadas em quatro eixos (Mobilização social e alcance da política; Gestão participativa no processo de salvaguarda; Difusão e Valorização; Produção e Reprodução Cultural). Como resultados, apontamos para a significativa proximidade entre o Programa e a Política; destacamos a aproximação entre os Coletivos Deliberativos e a Mobilização Social (da Política) e os Coletivos Preservacionistas e a atenção à organização da base comunitária dos lugares (do Programa); constatamos a coincidência entre o conceito de educação patrimonial, como ação de natureza processual que transcende ações pontuais, descontínuas (da Política) e a perspectiva do acompanhamento, por meio de projetos com execução de média duração, e mesmo, da resistência, a ações de extensão pontuais (do Programa); verificamos ainda a restrição quanto a ações ligadas ao mercado, se não se

caracterizarem como estruturantes do universo cultural dos bens em questão (da Política) e a caracterização do Turismo de Base Comunitária (TBC) fundamentalmente como organização para a proteção das práticas culturais, sendo a visitação uma ação complementar (do Programa). A investigação retoma duas questões elencadas em estudos anteriores, quais sejam, a legitimidade da inversão de recursos públicos no TBC - leia-se organização de bases comunitárias para a proteção de seus territórios - pela urgência do enfrentamento das diversas crises contemporâneas ligadas à destruição ambiental e cultural (HICKENBICK, 2022), e a inserção de instituições educacionais nas comunidades e coletivos, nomeadamente das instituições educacionais públicas, e especificamente dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, para a promoção de práticas turísticas menos intensivas e menos impactantes, e para a ressignificação da relação - histórica e desafiadora- entre patrimônio cultural e turismo (CARRELAS e HICKENBICK, 2019; CARRELAS e HICKENBICK, 2022).

ABSTRACT

The Extension Program for Heritage education and Community-Based Tourism of the Federal Institute of Santa Catarina (IFSC) and the Federal Policy for the safeguard of intangible Heritage.

This investigation addresses the relationship between the Heritage Education and Community-Based Tourism Extension Program and the Federal Policy for safeguarding intangible heritage, assuming the assumptions of qualitative research, when carrying out documentar research about the case, in which the author has na active participation, to analyze it in depth, and taking into account, in the construction of the data, the meanings attributed by the subjects involved in its execution. The Program was created in 2021 and is the result of the experience of the participating Campuses (Florianópolis-Continente and Garopaba) ando of two doctoral studies carried out between 2018 and 2022; through follow-up, articulation, formation, communication and management actions, work has been carried out with fishermen, terreiro people, capoeira, potters, quilombolas, families linked to the flour mills on the coast of Santa

Catarina. The Federal Policy focused on intangible heritage has as an important milestone the publication of Decree No. 3,551, of August 4, 2000, which institutes the Registry as a safeguard instrument; in 2015, guidelines were established for the protection of heritage, based on four axes (Social mobilization and scope of the policy; participatory management in the safeguarding process; dissemination and valuation, production and cultural reproduction). As a result, we point to the significant proximity between the Program and the Policy; we highlight the rapprochement between the Deliberative Collectives and Social Mobilization (from the Policy) and the Preservationist Collectives and the attention to the organization of the community base of the places (from the Program); we found the coincidence between the concept of heritage education, as an action of a procedural nature that transcends specific, discontinuous actions (of the Policy) and the perspective of monitoring, through projects with medium-term execution, and resistance to specific extension actions (from the program); we also verified the restriction regarding actions linked to the market, if they are not characterized as structuring the cultural universe of the goods in question (of the Policy) and the characterization of Community-Based Tourism (TBC) fundamentally as an organization for the protection of cultural practices, being visitation a complementary action (of the Program). The investigation takes up two questions listed in previous studies, namely, the legitimacy of the investment of public resources in the TBC – that is, community-based organization for the protection of their territories – due to the urgency of facing the various contemporary crises linked to environmental destruction and cultural ((HICKENBICK, 2022), and the insertion of educational institutions in communities and collectives, namely public educational institutions, and specifically the Federal Institutes of Education, Science and Technology to promote less intensive and less impactful tourist practices, and for the redefinition of the challenging historical relationship between cultural heritage and tourism (CARRELAS and HICKENBICK, 2019; CARRELAS and HICKENBICK, 2022). Key words Community Based Tourism; extension; intangible heritage federal policy; Federal Institute of Santa Catarina.

ÍNDICE GERAL

RESUMO.....	03
ABSTRACT.....	04
INTRODUÇÃO.....	08
CAPÍTULO 1: POLITICA FEDERAL DE SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO IMATERIAL, EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA.....	10
1.1 A salvaguarda do patrimônio imaterial no âmbito Internacional.....	11
1.2 A Política Federal de salvaguarda do patrimônio imaterial no Brasil.....	12
1.3 Educação Patrimonial na Política Federal do Brasil.....	14
1.4 O Turismo de Base Comunitária.....	15
CAPÍTULO 2: REFERÊNCIAS TEÓRICO – METODOLÓGICOS.....	18
2.1 A abordagem qualitativa.....	18
2.2 A localização do Programa Educação Patrimonial e Turismo de Base Comunitária.....	21
2.2.1 O Programa de Extensão Educação Patrimonial e Turismo de Base Comunitária.....	23
Objetivo Geral.....	24
Objetivo específico.....	24
2.3 A problematização e os e os objetivos da investigação.....	27
Objetivo geral.....	29
Objetivos específicos.....	29
2.4 As fontes da pesquisa.....	29
2.5 A revisão bibliográfica.....	32
2.5.1 A Política Federal para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial.....	32
2.5.2 O Turismo de Base Comunitária.....	36

CAPÍTULO 3: RESULTADOS DA INVESTIGAÇÃO: AS AÇÕES DO PROGRAMA DE EXTENSÃO EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA-IFSC E A POLÍTICA FEDERAL PARA A SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL.....	45
3.1 A crítica das fontes.....	46
3.1.1 Documento ATA.....	46
3.1.2 Documento Curso Noções Básicas de Educação Patrimonial e Turismo de Base Comunitária.....	51
3.1.2.1 O Curso de Extensão Noções Básicas de Educação Patrimonial e Turismo de Base Comunitária.....	52
3.1.2.2 As características do TBC na perspectiva do Programa.....	56
Características do TBC na perspectiva do Programa..	56
3.1.3 Documento vídeo institucional.....	58
3.1.4 As ações do PEP-TBC e a Política Federal para a salvaguarda de bens culturais imateriais.....	62
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	73
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	75

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

FIGURAS

Foto 1 -	I Encontro PEP-TBC	08
Foto 2 -	Roteiro de TBC no Sertão do Ribeirão	10
Foto 3 -	Projeto Tekoá Taguá	18
Foto 4 -	Projeto Tekoá Pirá	45
Figura 1 -	Projeto Campeche 2022	48
Figura 2 -	Reunião Projeto Campeche	49
Figura 3 -	Narrativa Aula Turismo de Base Comunitária	57
Figura 4 -	Slide – Aula Turismo de Base Comunitária	57
Figura 5 -	(a) Linhas de Atuação PEP-TBC, (b) Vínculos Teóricos, (c) Ações e Eixos da Política Federal.....	64

QUADROS

Quadro 1 -	Sujeitos da investigação	20
Quadro 2 -	Documentos (totalidade)	30
Quadro 3 -	Documentos (redução dos dados)	32
Quadro 4 -	Publicações relacionadas à Política Federal para salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial	32
Quadro 5 -	Publicações sobre TBC – 2012/2023	37
Quadro 6 -	Análise de conteúdo das ações do PEP-TBC: frequência por categoria temática.....	50
Quadro 7 -	Perfil formativo dos integrantes dos coletivos participantes do Curso de Noções Básicas (documento Curso Noções Básicas).....	53
Quadro 8 -	Análise de conteúdo das ações do PEP-TBC: características TBC	59

INTRODUÇÃO

Foto 1: I Encontro PEP-TBC



Fonte: Fotografias do Primeiro Encontro do Programa de Extensão Educação Patrimonial e Turismo de Base Comunitária, no dia 29 de novembro de 2022 (Arquivo Programa de Extensão Educação Patrimonial e Turismo de Base Comunitária).

O Programa de Extensão Educação Patrimonial e Turismo de Base Comunitária foi criado em 2021 e é resultado da experiência com Turismo de Base Comunitária acumulada pelos Câmpus Florianópolis-Continente e Garopaba e de dois estudos de doutorado realizados entre 2018 e 2022. Neste período, e mesmo antes, se consideradas diversas ações precursoras, o Programa vem atuando em territórios de pescadores, povos de terreiros, capoeiras, ceramistas, quilombolas, famílias ligadas aos engenhos de farinha do litoral de Santa Catarina.

Da experiência, emergiu a necessidade de aprofundar a reflexão sobre o Programa, que se pressupunha estar significativamente ligado as políticas públicas para a proteção do patrimônio cultural- sobretudo o de natureza imaterial.

O presente estudo aborda a relação entre o Programa de Extensão Educação Patrimonial e Turismo de Base Comunitária e a Política Federal de salvaguarda do patrimônio imaterial, assumindo os pressupostos da investigação qualitativa, ao realizar pesquisa documental sobre o caso, no qual a autora tem participação ativa, para analisá-lo em profundidade e tomando em consideração os significados atribuídos pelos sujeitos implicados na sua execução.

A tese está estruturada em 3 Capítulos. No primeiro, apresenta a Política Federal para a proteção do patrimônio cultural, sobretudo o de natureza imaterial, e revisita a literatura especializada sobre Turismo de Base Comunitária. No segundo Capítulo são apresentados os referenciais teóricos-metodológicos, e no terceiro, os resultados da investigação.

CAPÍTULO 1: POLÍTICA FEDERAL DE SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO IMATERIAL, EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

Foto 2: Roteiro de TBC no Sertão do Ribeirão



Fonte: Fotografias de ações de acompanhamento desenvolvidas no Projeto Apoio à Constituição de Coletivo de TBC no Sertão do Ribeirão, primeiro semestre de 2022 (Arquivo Associação de Turismo de Base Comunitária Coletivo Tekoá).

Este primeiro Capítulo revisita Política Federal de salvaguarda do patrimônio imaterial, e a concepção de Educação Patrimonial assumida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); compõe ainda o Capítulo a revisão da literatura sobre Turismo de Base Comunitária, aprofundando aspectos desenvolvidos na tese Patrimonialização, processos identitários e turismo na Ilha de Santa Catarina (HICKENBICK, 2022).

1.1 A salvaguarda do patrimônio imaterial no âmbito Internacional

A democratização que se instaurou no campo patrimonial, à escala internacional, a partir da segunda metade do século XX, e do qual o Brasil fez parte, deve ser compreendida a partir da forte urbanização que ocorre neste momento, e que segue acentuando-se, a ponto de tornar-se difícil pensar modos de vida que se desenvolvam fora deste contexto, pois, mesmo as pessoas que vivem e moram em áreas rurais, são significativamente afetadas pelo modo de vida urbano, e, em maior ou menor grau, estão sob sua lógica, o que significa dizer, sob o predomínio da economia de mercado.

Conforme apontamos em pesquisa anterior, é esse predomínio que faz com que as populações tradicionais percam território, por exemplo, as populações que até os anos 1950, aproximadamente, viviam no litoral, junto ao mar, como os pescadores artesanais, e que venderam suas moradias e ranchos de pesca, pois o dinheiro lhes pareceu mais importante que a terra e o mar (HICKENBICK, 2022).

O debate internacional em torno da proteção ao modo de vida destas populações, ficou registrado em documentos como a Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular, de 1989, a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, de 2001 e, por fim, a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, de 2003, todos no âmbito da UNESCO. Estes documentos afirmam o direito que algumas populações teriam de viver suas vidas a partir de uma lógica diversa da que predomina na formação econômica e social predominante, estruturada sob o modo de produção capitalista (HICKENBICK, 2022); os documentos trazem como novidade e mudança paradigmática, a participação dos grupos detentores dos bens culturais imateriais como condição para que os processos de reconhecimento se efetivem, o que não acontecia até então.

No plano internacional, o patrimônio cultural imaterial ficou definido como

(...) os usos, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e espaços culturais que lhes são inerentes- que as comunidades, os grupos e em alguns casos os indivíduos reconheçam como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é recriado constantemente pelas comunidades e grupos em função de seu entorno, sua interação com a natureza e sua história, infundindo-lhes um sentimento de identidade

e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana”. (Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial/UNESCO – 2003).

Na mesma Convenção, a salvaguarda foi definida como

(...) as medidas que visam garantir a viabilidade do patrimônio cultural imaterial, tais como a identificação, a documentação, a investigação, a preservação, a proteção, a promoção, a valorização, a transmissão – essencialmente por meio da educação formal e não formal - e revitalização deste patrimônio em seus diversos aspectos.” (Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial/UNESCO – 2003).

O Brasil acompanhou este movimento democrático, e, mais que isso, foi uma referência, uma vez que, há algumas décadas, vinha fazendo o debate pela democratização do campo patrimonial.

1.2 A Política Federal de salvaguarda do patrimônio imaterial no Brasil

No Brasil, a atualização do conceito de cultura, a partir da perspectiva antropológica, como modo de vida, para além da ideia da distinção social, teve como marco a Constituição Federal de 1988, que nos artigos 215 e 216, incluiu a dimensão imaterial do Patrimônio Cultural, explicitando a proteção às manifestações populares, indígenas e afro-brasileiras, incorporando o conceito de representatividade e estabelecendo instrumentos já em uso, como o Inventário e o Tombo, e criando o Registro (Brasil, 1988).

Esta ampliação pode ser considerada como uma retomada das ideias modernistas dos anos 1920 e como um processo que viria a desaguar na proteção ao patrimônio imaterial. Para Meneses (2009; 2018) o principal avanço trazido pela Carta Magna foi a transição do Estado para a sociedade, que foi chamada a envolver-se. Doze anos depois, houve a promulgação do Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, que instituiu o Registro de bens culturais imateriais e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), cujas diretrizes previam o apoio às condições materiais que propiciam a melhoria das condições de vida de produtores e detentores dos bens culturais, a ampliação da sua participação nos processos de salvaguarda e a proteção efetiva dos bens culturais imateriais em situação de risco.

O Programa Nacional do Patrimônio Imaterial foi regulamentado pela Portaria 200/2016 (IPHAN, 2016) que estabelece a ação de salvaguarda e o plano de salvaguarda como instrumentos de apoio e fomento ao bem cultural. A ação pode ser mapeamento, pesquisa, produção bibliográfica e audiovisual, ações educativas, formação, capacitação, transmissão de saberes, apoio à organização e à mobilização comunitária, promoção da utilização sustentável dos recursos naturais, dentre outras iniciativas correlatas (IPHAN, 2016). Para patrimônio já registrado, o instrumento é o plano, como um

(...) conjunto de ações planejadas para a execução em curto, médio e longo prazo, visando à sustentabilidade dos bens culturais reconhecidos como Patrimônio Cultural do Brasil. O Plano de Salvaguarda pressupõe gestão compartilhada, instâncias formalizadas de planejamento, acompanhamento e validação das ações pactuadas e a construção da autonomia das comunidades detentoras para a gestão do seu próprio patrimônio (IPHAN, 2016).

Os objetivos da salvaguarda para bens registrados apoiam-se em três pontos principais, quais sejam, autonomia, articulação interinstitucional e sustentabilidade cultural (IPHAN, 2018).

A **autonomia** diz respeito à Sociedade Civil Organizada, à gestão de seu patrimônio pelos detentores, ao fortalecimento ou ao desenvolvimento das capacidades locais para o diálogo institucional, para o acesso a políticas públicas e ao conhecimento sobre seus direitos e deveres enquanto detentores. A **articulação interinstitucional** diz respeito ao Estado, ao desenvolvimento de políticas, programas e projetos que atuem de modo sistêmico em prol dos bens culturais. Estes dois objetivos devem oportunizar que as condições de produção e reprodução do bem cultural estejam asseguradas, que esteja se realizando, assim como a transmissão dos saberes, sendo isto a **sustentabilidade** (IPHAN, 2018).

A política pública brasileira de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial é considerada exemplar, e estava em curso desde os anos de 1950, com trabalhos no domínio do folclore e da cultura popular, na perspectiva da valorização e promoção dos saberes e modos de fazer tradicionais, festas e celebrações, formas de expressão, lugares de produção e reprodução de práticas culturais coletivas, e da transmissão e continuidade para futuras gerações; havia já a percepção de que o patrimônio cultural ia além do edificado e do representativo da herança lusa. Era necessário abranger a diversidade

cultural do País, em especial as culturas ameríndia e africana, fortemente presentes no cotidiano e no imaginário nacional; em 1975 foi criado o Conselho Nacional de Referências Culturais (FONSECA, 2017 e TORELLY, 2012).

O Brasil influenciou diretamente a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, aprovada em 2003 pela UNESCO, sobretudo no domínio da gestão compartilhada entre Estado e detentores de patrimônio (HICKENBICK, 2022). Neste momento, o país vivia o início do mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que propiciou a construção de políticas de caráter democrático-participativo, como a criação do Conselho Nacional de Política Cultural em 2005, e um pouco mais tarde, em 2010, a instituição do Plano Nacional de Cultura, resultado de consultas e debates públicos, e, em cujas metas estava já definida a implementação do Sistema Nacional de Cultura (SNC), que ocorreria em 2012 (CALABRE, 2015).

1.3 A Educação Patrimonial na Política Federal do Brasil

A dimensão educativa das ações voltadas à proteção do patrimônio cultural brasileiro esteve presente desde a criação da política nacional de preservação, nos anos 1930, tendo-se concentrado na criação de museus e exposições de arte até o final dos anos 1960, quando a educação popular começa a ser mencionada, pelo Conselho Nacional de Referências Culturais (CNRC). Embora não tenha tratado diretamente do tema educação patrimonial, o CNRC forneceu os fundamentos para a ideia de participação popular. Para Londres (2000), a noção de referência cultural estabelecida a partir do CNRC impôs o diálogo entre pesquisadores e membros da comunidade e propiciou uma troca, enriquecedora para todos

(...) para os agentes externos, valores antes desconhecidos virão ampliar seu conhecimento e compreensão do patrimônio cultural; e para a comunidade, esse contato pode significar a oportunidade de identificar e valorizar partes do acervo material e simbólico que constitui uma riqueza às vezes desconhecida ou não devidamente avaliada (LONDRES, 2000, p.19).

Em 1996, foi lançado o Guia Básico de Educação Patrimonial, afirmando a natureza processual, permanente e sistemática das ações educativas, para além de atividades pontuais, isoladas e descontínuas; o Guia se tornou o

principal material de apoio para ações educativas realizadas pelo IPHAN durante a primeira década do século XXI, e estruturou e consolidou uma área específica voltada para as ações educativas ligadas à preservação do patrimônio cultural brasileiro (IPHAN, 2014).

Mais tarde, a Portaria nº 137, de 28 de abril de 2016 estabelece a Educação Patrimonial como processos educativos coletivos e dialógicos, formais ou não, construídos com base no diálogo entre agentes sociais, que tomam o patrimônio cultural como recurso para a compreensão sócio histórica das referências culturais, com a finalidade seja contribuir para seu reconhecimento, valorização e preservação, com a participação efetiva das comunidades (IPHAN, 2016b).

A educação Patrimonial, na perspectiva da Política Federal assume a complexidade da integração das realidades sociopolíticas do fenômeno da cultura, e tem por premissas, a inserção dos bens culturais nos espaços de vida das pessoas; a mediação para os conflitos inerentes a este campo; a compreensão dos territórios como espaços educativos; a intersectorialidade das políticas públicas nos campos do turismo, meio ambiente, educação, saúde, desenvolvimento urbano e outras áreas correlatas (IPHAN, 2016b).

Assim, educar para o patrimônio não significa informar sobre valores, sejam estes fundamentados em conceitos jurídicos, acadêmicos ou políticos, mas, significa sim, afirmar que as pessoas são protagonistas no processo, a partir do reconhecimento dos seus valores e conhecimentos (IPHAN, 2015).

1.4 O Turismo de Base Comunitária

Assim como no campo patrimonial, a segunda metade do século XX foi também importante para o debate no campo do turismo.

Conforme referenciado no tópico 1.1 deste Capítulo, o fenômeno da urbanização marca este período, que é de expansão do capital industrial e das grandes cidades, amparado pelas teorias desenvolvimentistas para as quais o êxito econômico e o progresso ocorreriam tendo por base a industrialização e a urbanização (ROCHA, 2011). De sua parte, o turismo afirmou-se como importante atividade econômica, e integrou as discussões e encaminhamentos relativos ao patrimônio cultural; foi o momento em que surgiu o turismo adjetivado de cultural, com a ideia propagada por instituições como a UNESCO,

o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) e a Organização dos Estados Americanos (OEA), de que a visitação dos bens culturais traria benefícios, leia-se *desenvolvimento*, principalmente aos países menos desenvolvidos.

Com o tempo, a ideia, uma crença, já que não havia experiência (LEAL, 2008; PEREIRA, 2012) cedeu lugar à crítica, e no âmbito do turismo, emergiu o Turismo Alternativo, diversamente adjetivado como Turismo Solidário, Turismo Intercultural, Turismo de Natureza, Ecoturismo, Turismo de Proximidade, Turismo de Memória e de História, Turismo de Valores, Turismo Rural Comunitário, Turismo de Base Local, e Turismo de Base Comunitária (MALDONADO, 2009; IRVING, 2009; ZAOUAL, 2008), como crítica do turismo como mercadoria acessível a cada vez mais pessoas, aos impactos socioambientais nos destinos, ao turismo como gerador de empregos e de rendimentos - uma vez que os salários pagos neste mercado são, via de regra, degradantes, beneficiando os que empresariam as atividades de grande porte - e às políticas centradas na atração de investimentos que não têm em consideração a participação e o desenvolvimento das comunidades locais (OURIQUES, 2012; PARENTE & GUZZATTI, 2017).

Para Ouriques (2012), em que pese o consenso existente na literatura especializada sobre o desenvolvimento de países e regiões periféricas gerado pelo turismo, o que se evidencia é a existência de uma concentração da renda gerada pelo setor (...) tanto os fluxos de turistas quanto as receitas turísticas estão concentradas nas economias centrais e que as principais empresas hoteleiras estão sediadas nessas economias (OURIQUES, p.147, 2012).

Assim, o TBC só pode ser apreendido na sua condição de elemento de um sistema maior, o sistema-mundo (SANTOS, 2014) urbanizado, sendo que urbanização significa-muito mais do que a vida nos centros urbanos-um modo de vida que alcança todos os espaços, que transcende a cidade e atinge as áreas rurais, ao provocar o desaparecimento dos seus elementos, tais como o artesanato e o pequeno comércio local, que sucumbem face aos objetos e valores da cidade, como o carro, a televisão, os utensílios de plástico, os móveis e a preocupação com segurança. Atualmente, a rede mundial de computadores faz-se acompanhar de novas exigências em termos de serviços (LEFEBVRE, 2001 In HICKENBICK, 2022).

O debate em torno do TBC, verificado na literatura especializada, apresenta determinadas características, unanimemente consideradas intrínsecas à oferta, quais sejam, protagonismo da comunidade envolvida nas propostas, oferta em pequena escala, interação entre visitantes e visitados, desenvolvimento local para além do aspecto econômico, apropriação dos resultados da oferta pelos protagonistas e proteção aos bens naturais e culturais do lugar (GIAMPICCOLI & MTAPUR, 2017). Destaca-se a reflexão sobre o consumo turístico:

Em Veneza, o turista não devora Veneza, mas o discurso sobre Veneza: discursos dos guias (escritos), dos conferencistas (orais), dos gravadores e discos. Ele escuta e olha. O artigo que lhe é fornecido mediante pagamento, a mercadoria, o valor de troca, é o comentário verbal sobre a Praça São Marcos. O valor de uso, a coisa em si (a obra) escapa ao consumo devorador (OURIQUES, p.77, 2001).

Em síntese, em que pese a diversidade em termos de definição, o TBC seria foco de resistência e crítica ao turismo desenvolvido de acordo com a lógica do capital. Nesta direção, a questão da oposição entre o valor de uso-a cidade, a vida urbana, o tempo urbano-e o valor de troca-os espaços comprados e vendidos, o consumo dos produtos, dos bens, dos lugares e dos signos—assim como a interrogação sobre o uso e os usuários (LEFEBVRE, 2001; SANTOS, 2014) é central. Neste aspecto, consideramos a interface com o campo do patrimônio cultural, uma vez que, a centralidade do patrimônio está nos seus usos sociais, e não nos usos culturais, que privilegiam as representações e eliminam as práticas, e quando o simbólico substitui as condições de produção e de reprodução da vida. Há oposição entre a lógica da cultura, fundada na produção de sentido e na comunicação e a lógica de mercado, fundada na instrumentalização da cultura com finalidade de obtenção de lucro (HICKENBICK, 2022).

CAPÍTULO 2: REFERÊNCIAS TEÓRICO – METODOLÓGICOS

Foto 3: Projeto Tekoá Taguá



Fonte: Fotografias de ações de acompanhamento no Projeto Ampliação e Fortalecimento da Base Comunitária no José Mendes: Salvaguarda do Patrimônio Cultural e Ambiental e Turismo de Base Comunitária; primeiro semestre 2022 (arquivo Projeto Tekoá Taguá).

Este Capítulo descreve o percurso do estudo do caso, que assume os pressupostos da investigação qualitativa; são apresentadas também as principais fontes, quais sejam, a documentação gerada no desenvolvimento do Programa Educação Patrimonial e Turismo de Base Comunitária. Integra ainda o Capítulo a localização, em termos culturais, econômicos, espaciais e institucionais das ações desenvolvidas no Programa.

2.1 A abordagem qualitativa

Os referenciais teórico-metodológicos da presente investigação, um estudo de caso, inserem-se no paradigma qualitativo.

O mundo social, diferentemente do mundo natural, aparentemente mais estável, sofre contínuas alterações, e os sujeitos, por sua vez, têm diferentes interpretações sobre os mesmos fenômenos; assim também, um mesmo sujeito apresenta diferentes interpretações em diferentes momentos de sua vida; assumindo-se que o conhecimento nas ciências sociais se baseia na descoberta dos significados das ações humanas (ARÓSTEGUI, 2006). As técnicas qualitativas surgiram para investigar sobre o componente social, ao operar com significados, definições, características, metáforas, símbolos e descrições dos elementos do mundo por parte dos sujeitos (HICKENBICK, 2022).

Quanto ao modo de investigação, sendo um estudo de caso, caracteriza-se pelo campo de observação aberto, menos construído, limitado e manipulável, pela implicação pessoal do investigador, que aborda o seu campo de investigação a partir do interior. A sua atitude compreensiva, pressupõe uma participação ativa na vida dos sujeitos observados e uma análise em profundidade de tipo introspectivo (DE BRUYNE, 1975, p.210 E LESSARD-HERBERT, 2012).

Não há imprecisão nas investigações qualitativas, como há no mundo social, muito ao contrário, há que alcançar um grau de precisão tal que investigações posteriores possam tomá-las como referência. Uma investigação poderá ser referência se observar os critérios da objetividade, da validade e da fidelidade, que lhe conferem o caráter de cientificidade (LUNE & BERG, 2017).

O critério da **objetividade** diz respeito à interface com o mundo empírico, que impõe resistência às concepções do investigador, neste caso, os documentos gerados no âmbito do Programa, e que registram o seu percurso. Quanto aos documentos, é preciso contextualizá-los, esclarecer as condições em que foram produzidos, o propósito e por quem (BACELLAR, 2006). Neste caso, as atas e os relatórios foram produzidos durante a atividade da pesquisadora como coordenadora - seja do Programa, seja do Projeto selecionado para análise - com o propósito de registrar as ações; a autora foi também docente no Curso Noções Básicas e, em que pese não tenha ministrado a aula analisada mais detalhadamente (Aula 3), esteve presente, intervindo no debate; quanto aos vídeos institucionais, os que foram produzidos em 2023, inserem-se no contexto da participação da equipe da TVIFSC no Programa, tendo sido discutidos também com a autora. Assim, os documentos pertencem

ao contexto de gestão das atividades de extensão; não tendo sido produzidos para a pesquisa, ao mesmo tempo, estão matizados pela perspectiva da autora.

São fontes primárias, uma vez que não sofreram tratamento, oriundas de arquivo, que até o momento pode ser categorizado como privado, pela sua condição de não disponibilidade para pesquisa, embora seja resultado de trabalho realizado em uma instituição pública.

A **fidelidade** decorre da persistência das operações metodológicas, realizada na submissão dos dados preliminares aos sujeitos selecionados pelo seu grau de envolvimento com o PEP-TBC, descritos no Quadro 1. Quanto a **validade**, apresentada na Figura 1 (Capítulo 3), foi de tipo teórica, momento em que se operou a relação entre os fatos estudados e os conceitos que fundamentam o estudo.

Foram sujeitos da investigação quatro integrantes da equipe de execução do PEP-TBC, sendo dois de cada um dos Câmpus envolvidos, conforme Quadro 1.

Quadro 1- Sujeitos da investigação

	Sujeito	Área do Conhecimento/Câmpus/Projeto
01	Daniela de Carvalho Carrelas	Letras Espanhol (Graduação) Turismo (Mestrado) Geografia Humana (Doutorado) Câmpus Florianópolis-Continente Projetos Campeche, José Mendes e Sertão do Ribeirão;
02	Gisele Silvia Ramos	Turismo (Técnico e Tecnológico– em curso) Associação de Turismo de Base Comunitária Coletivo Tekoá;
03	Juliani Brignol Walotec	História (Graduação) História (Mestrado) Geografia Humana (Doutorado) Câmpus Garopaba Curso Noções Básicas em educação Patrimonial e Turismo de Base Comunitária;

04	Luiz Otávio Cabral	Agronomia (Graduação) Geografia Humana (Mestrado e Doutorado) Câmpus Florianópolis-Continente Projeto Sertão do Ribeirão;
05	Telma Pires Pacheco Amorim	Letras Inglês (graduação) Linguística (Mestrado e Doutorado) Câmpus Garopaba Curso Noções Básicas em educação Patrimonial e Turismo de Base Comunitária;
06	Roberta de Paula Braz	Turismo (Técnico e Tecnológico—em curso) Associação de Turismo de Base Comunitária Coletivo Tekoá;

Fonte: elaboração da autora.

2.2 A localização do Programa Educação Patrimonial e Turismo de Base Comunitária

Para o geógrafo Milton Santos, localizar um fenômeno pressupõe a compreensão do feixe de forças sociais que se exerce sobre ele, sobre o lugar, que é a sua expressão territorial. Assim, o lugar, como um conjunto de objetos, pode ser o mesmo, mas não como significação, uma vez que qualquer lugar sofre a influência do jogo de forças que o atinge (HICKENBICK, 2022). Este elemento geográfico, o lugar, só pode ser apreendido a partir da sua localização, o que pressupõe uma periodização.

A década de 1950 foi o momento da grande transformação demográfica de muitas cidades brasileiras e catarinenses, que acompanharam o fenômeno mundial da urbanização. Foi o momento da expansão do capital industrial e das grandes cidades, amparado pelas teorias desenvolvimentistas, para as quais o êxito econômico e o progresso ocorreriam tendo por base a industrialização e a urbanização. De acordo com esta perspectiva, os fatores limitantes do desenvolvimento deveriam ser minimizados. Na agricultura, a produção deveria aumentar para alimentar os trabalhadores, que eram antes gente do campo, e

que acorriam às cidades para trabalharem nas indústrias. Em síntese, houve a substituição das técnicas convencionais por outras mais sofisticadas, que libertaram trabalhadores para as cidades e aumentaram a produtividade. Com o aumento da produção houve necessidade do escoamento, tendo sido um fator determinante para a abertura e melhoria das estradas no início dos anos de 1970 (PELUSO, 1986; ROCHA, 2011 In HICKENBICK, 2022).

A industrialização, a urbanização e a melhoria no setor de transportes foram elementos fundamentais no processo de expansão do turismo como fenômeno mundial, e da expansão da construção civil. Estas transformações impactaram diretamente os modos de vida tradicionais, que hoje são objeto de atenção no campo do patrimônio cultural e do TBC, conforme se verá no tópico 2.3 deste Capítulo.

A cultura possui uma espacialidade que é por ela construída, e que também a constrói; assim, o espaço em que se desenvolvem ações no campo patrimonial, é caracterizado pela resistência ao modo de vida hegemônico; trata-se, portanto, de um espaço de conflito, seja pelo confronto com as ideias hegemônicas, seja pela pluralidade das culturas, estando o conflito presente também no interior das culturais minoritárias.

Os processos sociais, representativos de uma sociedade ganham inteira significação quando se corporificam, o que equivale a dizer que o espaço é essencialmente social. Da mesma forma, a cultura deve ser compreendida como um processo composto tanto pelas condições do meio quanto pelo construir e fazer do ser humano (FONSECA, 2017 In HICKENBICK, 2022). O espaço é uma instância, uma parte da sociedade, assim como são a econômica e a institucional. O todo social é resultado da imbricação destas instâncias. Quando se aborda o conceito de espaço, este contém e é contido pelas outras instâncias, tecendo a trama das instâncias que o constituem (SANTOS, 2005). Estas instâncias são qualificadas pela cultura, que institui sentidos, significados e valores. Reitera-se que a cultura, assim compreendida, se contrapõe à cultura como produto, que se realiza entre produtores culturais e consumidores de produtos culturais, equipamentos, instituições, espaços, organismos e mercados (MENESES, 2009; 2018). O contexto elabora-se nesta trama de formas culturais, econômicas e espaciais. Estas formas adquirem diferentes significados segundo os diferentes momentos, e conforme a sua *localização*; a forma é, então, do tipo forma-conteúdo (SANTOS, 2014).

Cada lugar desempenha um papel no processo produtivo, ao qual a hierarquia entre lugares está ligada. Além da periodização, a análise do espaço exige a sua fragmentação, o que pode ser feito a partir de uma variedade de critérios. Na tese da autora HICKENBICK, (2022), a fragmentação do espaço para sua análise operou pela divisão em elementos, quais sejam, o Estado, nomeadamente as Instituições responsáveis pela preservação do Patrimônio Cultural e a Sociedade Civil Organizada, pela importância que adquire nos processos de patrimonialização, desde a Convenção da UNESCO de 2003, que trata da salvaguarda do patrimônio cultural imaterial (ARIZPE, 2013; COOMBE, 2013 In HICKENBICK, 2022). Estes elementos são articulados, intercambiáveis e redutíveis entre si, ocorrendo mais acentuadamente quanto mais complexa é a sociedade, podendo um elemento estar ligado a outro.

No presente estudo, o elemento central é o Estado, neste caso, o Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) que abriga o Programa de Extensão Educação Patrimonial e Turismo de Base Comunitária.

2.2.1 O Programa de Extensão Educação Patrimonial e Turismo de Base Comunitária

O Programa de Extensão Educação Patrimonial e Turismo de Base Comunitária (PEP-TBC) foi concebido em 2021, institucionalizado em 2022, e é resultado da experiência com Turismo de Base Comunitária acumulada pelos Câmpus Florianópolis-Continente e Garopaba e de dois estudos de doutorado realizados entre os anos de 2018 e 2022.

Em 2023 o Programa havia desenvolvido 6 ações de extensão - sendo 5 do tipo projeto, uma do tipo curso (para coletivos envolvidos com TBC) e duas do tipo evento (dois encontros com agentes sociais ligados ao TBC e ao campo patrimonial).

No primeiro ano de sua execução, foram traçados os seguintes objetivos, que, de acordo com a equipe, deveriam ser avaliados após os dois primeiros anos de trabalho (ATA PEP-TBC, 04-02-2022).

Objetivo Geral

Integrar atividades diversas no âmbito da educação patrimonial e do turismo de base comunitária na perspectiva da valorização dos lugares e da preservação ambiental e cultural.

Objetivos específicos

1. Ofertar cursos de extensão, de curta duração, para agentes sociais atuantes no campo patrimonial que contemplem o desenvolvimento e acompanhamento de projetos de TBC;
2. Identificar cursos de educação profissional para potenciais agentes sociais do campo patrimonial, do TBC e para a comunidade interna, em especial estudantes de cursos técnicos e superiores;
3. Possibilitar a atuação de estudantes dos cursos superiores nas atividades do Programa, na perspectiva da curricularização da extensão e da iniciativa docente e discente;
4. Realizar articulação institucional e interinstitucional, com entidades públicas e privadas de interesse do Programa;
5. Realizar eventos com redes e coletivos de preservação, conservação, educação patrimonial, de TBC e egressos do IFSC para levantamento de demandas sociais para o Programa;
6. Promover a constituição e o acompanhamento sistemático de coletivos e projetos de TBC, preferencialmente de forma articulada com outras instituições;
7. Buscar financiamento para atividades do Programa;
8. Mapear projetos, ações e atrativos de TBC com vistas a divulgação e assessoramento.

A partir de três Linhas de Atuação definidas pela equipe, Acompanhamento, Formação e Articulação (ATA PEP-TBC, 04 de fevereiro de 2022), apresentadas no Capítulo 3, vem ocorrendo a inserção nos territórios de pescadores, povos de terreiros, capoeiras, ceramistas, quilombolas, famílias ligadas aos engenhos de farinha do litoral de Santa Catarina, e, por meio da

escuta destes sujeitos, há o conhecimento das demandas em torno de seus bens culturais.

Os bens culturais e as ações desenvolvidas no PEP-TBC podem ser descritos conforme segue (ATA PEP-TBC, 7 de julho de 2023).

- Pesca Artesanal da Tainha no Campeche, Florianópolis, Santa Catarina, Registrada no nível estadual - 2019, tendo como proponentes a Associação de Pescadores Artesanais do Campeche (APESAC) e o Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC); realização de Cartografia Social do Território Tradicional da Pesca Artesanal da Tainha no Campeche em 2021, pelo Projeto Tekoá Pirá, ligado ao PEP-TBC, como ação de salvaguarda do bem registrado;
- Celebrações e rituais de povos de religiões de matriz africana do Bairro José Mendes, Florianópolis, Santa Catarina (parceria IFSC-Fundação Catarinense de Cultura-Projeto Tekoá Taguá para diálogo com lideranças dos terreiros sobre possibilidade de salvaguarda-2019; parceria ceramistas do Núcleo de Envolvimento Cerâmico Bico da Ponte – Jose Mendes (NEC) – Projeto Taguá para confecção de peças para os rituais dos terreiros-2020; pesquisa junto ao terreiro Caboclo Guarani sobre comida de santo; construção de forno coletivo-2022;
- Expressões da cerâmica artesanal de referência cultural de Florianópolis, Santa Catarina (Mapeamento de Ceramistas da Grande Florianópolis – 2022, cujos proponentes integram o NEC); realização da exposição Louça da Ilha - 2019; representantes participaram do Curso Educação Patrimonial e TBC;
- Saberes da comunidade quilombola de Garopaba, Santa Catarina (Quilombo Morro do Fortunato, Garopaba, SC, certificado - Fundação Cultural Palmares-2006; ações de extensão desenvolvidas no Câmpus Garopaba;
- Saberes de capoeiras (Capoeira – Registrada - IPHAN/2008; Patrimônio da Humanidade – UNESCO, 2014), integrantes do Fórum da Capoeira da Grande Florianópolis participaram do Curso Educação Patrimonial e TBC, criando o Projeto TBC Capoeira;
- Saberes de engenheiras e engenheiros de Farinha do Litoral de SC (Inventário Participativo - solicitação de Registro estadual e federal,

acatada - Fundação Catarinense de Cultura e IPHAN); dois projetos no PEP-TBC, para a valorização de saberes relacionados aos engenhos; representantes participaram do Curso *Educação Patrimonial e TBC*.

O PEP-TBC tem dialogado com as seguintes instituições e organizações da sociedade civil:

- Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI);
- Fundação Catarinense de Cultura (FCC);
- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade Florianópolis (ICMBio);
- Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis (FLORAM);
- Acolhida na Colônia: Associação de agricultores para promoção do Turismo Rural e valorização da agricultura familiar e meio ambiente;
- TOB Terra: Rede de Turismo de Observação de Baleias por Terra, para promoção do -Turismo de Base Comunitária e valorização das riquezas naturais, do berçário das Baleias Francas e das culturas das comunidades tradicionais de Imbituba, Garopaba e Paulo Lopes;
- Associação de Turismo de Base Comunitária Coletivo Tekoá;
- Associação de Moradores de Barreiros do Ribeirão (AMOSERTÃO);
- Associação de Pescadores Artesanais do Campeche (APESAC);

O IFSC orienta a sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural, assim como tem entre as diretrizes da Extensão, a promoção de iniciativas nas áreas de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, e trabalho, em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena (IFSC, 2016) .

Entretanto, a instituição está historicamente voltada para o setor produtivo/ industrial e só mais recentemente, a partir da primeira década do século XXI, volta-se para setores como o do Turismo.

Com relação à dimensão da extensão, são também recentes a sua regulamentação bem como a ampliação das ações, que tem como central a estratégia da curricularização, a ênfase está na comunidade interna (os estudantes), mais que na comunidade externa; os tempos privilegiados são os do curso, que por diversas vezes não harmoniza com os tempos das comunidades onde se pretende agir. Em outra perspectiva, o PEP-TBC tem assumido a prática da processualidade, em ações que envolvem comunidades, por meio do TBC como ferramenta para salvaguarda do patrimônio cultural, e que em geral, demanda mais tempo de inserção nos lugares do que permite a extensão curricularizada.

2.3 A problematização e os objetivos da investigação

O Programa tem realizado ações não pontuais e priorização da organização da base comunitária, a partir da escuta das demandas das comunidades, acessadas pela inserção nos territórios. A visitação está sendo considerada como ferramenta para a proteção de bens culturais e naturais dos lugares onde pode ser proposta, não sendo o TBC um segmento do mercado do turismo. A organização da base comunitária em torno de questões relativas a própria prática cultural – a pesca, a cerâmica – tem se destacado, em detrimento da organização e da realização dos roteiros.

Os saberes têm uma expressão espacial e ganham existência por meio de formas-conteúdo, que se reproduzem no tempo e no espaço (SANTOS, 2014 In HICKENBICK, 2022). A continuidade desses saberes depende dos detentores e da manutenção do território onde se reproduz. Se os pescadores, por exemplo, se converterem em agentes do turismo, de forma exclusiva, quem irá pescar, artesanalmente, a tainha? O TBC, ao priorizar as ações da base comunitária, antes das do turismo, pode mitigar a tendência de padronização via de regra promovida pelo turismo convencional, justamente porque a preservação do patrimônio imaterial fundamenta-se na diversidade e jamais na padronização (HICKENBICK, 2022).

Entretanto, esta questão tem suscitado inquietações sobre o uso do termo *turismo*, inclusive pela priorização do público, qual seja, moradores e principalmente, estudantes. Além de inquietações, colocam-se desafios para a efetivação do que se pretende com os roteiros, a opção pela oferta em pequena

escala, para privilegiar a comunicação de sentidos em torno das práticas culturais, o que ocasiona a insuficiência dos ingressos para manter as propostas, ou valores algo elevado cobrado na visitação, e que reduzem o público que pode ter acesso. A realização dos roteiros culturais seria uma possibilidade de geração de renda, para as comunidades, os detentores de bens culturais e para os Coletivos Preservacionistas, sujeitos ligados às comunidades que têm proposto o TBC no âmbito dos projetos vinculados ao Programa.

De acordo com a Política Federal, a ampliação do mercado (por meio de roteiros inclusive) integra a salvaguarda de um bem desde que em benefício exclusivo dos produtores primários dos bens culturais imateriais, e, ainda, que a relação com o mercado seja estruturante do seu universo cultural; as ações relacionadas ao mercado devem constar de Plano de Salvaguarda. Esta orientação se coaduna com a perspectiva do programa acima descrita.

Quanto ao turismo, uma busca no relatório das principais ações de salvaguarda desenvolvidas para os bens registrados entre 2002 a 2018 (ALENCAR, 2018), revela 28 menções ao termo, sendo que a sua quase totalidade se refere à parcerias com fundações e secretarias de turismo, realizadas principalmente com a criação de Centros de Referência e Pontões de Cultura, encontros, campanhas, oficinas sobre turismo, do que se depreende encaminhamentos bastante pontuais e um entendimento do turismo na sua forma mais convencional. Assim, se as propostas na Política Federal para a proteção patrimonial incluem o turismo como possibilidade de geração de renda para as comunidades detentoras dos bens culturais, em prol de seu patrimônio – como o fizeram instituições internacionais na segunda metade do século XX para o turismo então denominado cultural (HICKENBICK, 2022) – não aprofundam as possibilidades de efetivação e sustentação, e não apresentam a adjetivação *de base comunitária*. Partindo do pressuposto de há relação entre Programa e Política, inferimos que há divergência quanto a perspectiva do turismo, interrogamos-nos sobre a qualidade desta relação e sobre quais eixos do Termo de Referência da Política - Mobilização social e alcance da política; Gestão participativa no processo de salvaguarda; Difusão e valorização; Produção e reprodução cultural (IPHAN, 2015) - sustentam a atuação do Programa.

O objetivo geral

Analisar o Programa de Extensão Educação Patrimonial e Turismo de Base Comunitária em relação à Política Federal para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial.

Os objetivos específicos

- Descrever as Linhas de Atuação *formação, acompanhamento e articulação*, propostas pela equipe de execução do PEP-TBC;
- Identificar a posição da *formação, do acompanhamento e da articulação* no PEP-TBC;
- Relacionar as ações do PEP-TBC ao que está estabelecido na Política Federal para a salvaguarda de bens culturais de natureza imaterial;

2.4 As fontes da pesquisa

A pesquisa fundamentou-se nos registros documentais das ações no âmbito do Programa, e foi desenvolvida a partir das etapas definidas por Bardin (2018). Primeiramente procedeu-se a organização e a seleção do material, definindo-se o corpus de análise; a seguir foram estabelecidas as categorias e definidos os vínculos teóricos.

A totalidade das ações desenvolvidas no âmbito do PEP-TBC pode ser descrita conforme segue.

No Câmpus Florianópolis-Continente, há quatro projetos de Extensão, denominados, Ampliação e fortalecimento da Base Comunitária no Campeche; Ampliação e Fortalecimento da Base Comunitária no José Mendes, Apoio à Constituição de Coletivo no Sertão do Ribeirão e Proposição de Regramento para o Manejo de Recursos na Zona Cultural do Sertão do Ribeirão do MONA Lagoa do Peri - 2022/23. No Câmpus Garopaba, há uma ação de extensão, do tipo Projeto, incentivando o empreendedorismo em Garopaba/SC, e uma do tipo Curso, Formalização de Coletivos Preservacionistas, com oferta prevista para 2023-2.

As ações desenvolvidas de forma articulada entre os dois Câmpus estão descritas a seguir:

- Diálogo com Coletivos Preservacionistas e instituições ligadas à preservação de bens culturais e naturais de Florianópolis e Região em 2021 para a concepção do PEP-TBC;
- Realização do Primeiro Encontro do Programa Educação Patrimonial e Turismo de Base Comunitária (lançamento oficial, na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia do Câmpus Florianópolis-Continente) e do Segundo Encontro do Programa Educação Patrimonial e Turismo de Base Comunitária: Debate sobre o Projeto de Lei Política Pública para o TBC em Florianópolis - PL 18353/2022;
- Oferta do Curso de Extensão Noções Básicas de Educação Patrimonial e Turismo de Base Comunitária, em 2022;
- Realização de 29 reuniões ordinárias, e 8 extraordinárias, entre setembro de 2021 e julho de 2023;
- Publicação do trabalho Programa Educação Patrimonial e Turismo de Base Comunitária (PEP-TBC): Garopaba e Florianópolis-Continente, no Seminário de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação do IFSC (SEPEI-2023);

Os documentos resultantes das ações acima descritas estão apresentados no Quadro 2.

Quadro 2 – Documentos (totalidade)

	Documento		Quantidade/Origem	
01	ATA	134	98 36	Projetos e Curso Programa
02	Vídeos	07	03 02 02	Projeto Campeche Projeto José Mendes Projeto Sertão do Ribeirão

03	Publicações	03	02 00	Projeto Campeche Programa
04	Relatório Parcial	16	03 03 03 03	Projeto Campeche Projeto José Mendes Projeto Sertão do Ribeirão Programa
05	Projeto Pedagógico de Extensão	01	01	Programa
06	Áudio e vídeo aulas do Curso de Extensão	08	08	Programa
TOTAL		164	164	

Fonte: elaboração da autora.

Na operação de redução dos dados, selecionamos, entre os projetos, o que está sendo desenvolvido no Campeche, em função da existência de um bem acautelado, cujo processo integrou as ações precursoras do PEP-TBC e da facilidade de acesso aos documentos; entre as aulas do Curso de Extensão, foram selecionadas as três primeiras, por apresentarem mais referências à perspectiva do TBC. O resultado desta operação está apresentado no Quadro 3.

Quadro 3 – Documentos (redução dos dados)

	Documento	Quantidade/Origem	
01	ATA	Projeto Campeche	41
		Programa	36
02	Vídeo Institucional	Projeto Campeche	03
		Projeto José Mendes	02
		Projeto Sertão do Ribeirão	02
03	Aulas Curso Noções Básicas	Aula	1
		Aula	2
		Aula	3
Total		89	89

Fonte: elaboração da autora.

2.5 A revisão bibliográfica

A revisão bibliográfica teve por objetivo ampliar os resultados obtidos em investigação anterior, acercando-se de questões levantadas no âmbito do PEP-TBC. No que se refere ao campo patrimonial, a atenção esteve voltada para a salvaguarda do patrimônio imaterial a partir do estabelecido na Política Federal; quanto ao TBC, buscou-se acessar publicações da última década e posteriores a 2020, não contempladas anteriormente (HICKENBICK, 2022).

2.5.1 A Política Federal para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial

Pesquisamos, no dia 3 de junho do corrente ano, no portal do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) textos e legislação acerca da Política Federal para o patrimônio imaterial, com resultados apresentados no Quadro 4.

Quadro 4 – Publicações relacionadas à Política Federal para salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial

	Título/Ano	Resumo
01	Decreto nº 3.551, de 4 de agosto	Institui o registro de Bens culturais de natureza imaterial que constituem o patrimônio cultural

	de 2000.	brasileiro e cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial.
02	Educação Patrimonial	<p>Histórico do termo a partir do Centro Nacional de Referência Cultural – CNRC, cuja finalidade era desenvolver ações destinadas a proporcionar à comunidade os meios para participar do processo educacional; preconiza a interação do processo educacional com as demais dimensões da vida comunitária e da geração e operacionalização de situações de aprendizagem com base no repertório regional e local; principal material de apoio para ações educativas realizadas pelo IPHAN durante a primeira década do século XXI; resultou da sistematização dos fundamentos conceituais e práticos de uma série de capacitações itinerantes realizadas pelas autoras, com técnicos das superintendências do IPHAN, professores e alunos da rede formal de ensino e agentes comunitários, na segunda metade dos anos 1980 e 1990, em diversos contextos e localidades do país; afirma a natureza processual das ações educativas, não se limitando a atividades pontuais, isoladas e descontínuas; Educação Patrimonial consiste em um processo permanente e sistemático, centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo, cuja metodologia se aplica a [...] qualquer evidência material ou manifestação cultural.</p>
03		Aprova o Termo de Referência para a Salvaguarda de Bens Registrados.

	Portaria nº 299, de 17 de julho de 2015.	
04	Educação patrimonial: algumas diretrizes conceituais - Sônia Regina Rampim Florêncio, Cadernos do Patrimônio, Vol. 1 2015.	O artigo aborda o conceito de Educação Patrimonial e afirma a necessidade de diretrizes para ações educativas voltadas ao patrimônio cultural. Além disso, coloca a Educação Patrimonial como um processo de mediação, basilar para o reconhecimento e valorização da diversidade cultural e de definição das identidades e alteridades no mundo contemporâneo, configurando, assim, uma perspectiva crítica e humanística de produzir cultura em sua forma genuína, respeitando a complexidade inerente aos modos de vida das pessoas e comunidades em seus territórios.
05	Termo de Referência para a Salvaguarda de Bens Registrados. BAE. Boletim Administrativo Eletrônico do IPHAN nº. 1093 – Edição Semanal de 17.07.2015.	Estabelece as diretrizes para a atuação das Superintendências Estaduais do IPHAN com os bens culturais Registrados pertencentes a suas circunscrições.
06	Portaria nº 137, de 28 de abril de 2016.	Estabelece diretrizes de Educação Patrimonial no âmbito do IPHAN e das Casas do Patrimônio.
07		Dispõe sobre a regulamentação do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial – (PNPI).

	Portaria nº 200, de 15 de maio de 2016.	
08	Programa Nacional do Patrimônio Imaterial: compêndio dos editais: 2005 a 2010/coordenação, Rívia Ryker Bandeira de Alencar. – Brasília, DF (IPHAN, 2016).	Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), criado por meio do art. 8º do Decreto nº 3551/2000; instância de implantação e execução da política de Salvaguarda do patrimônio cultural imaterial em nível federal. A publicação apresenta objetivos, princípios e diretrizes do Programa.
09	Programa Nacional do Patrimônio Imaterial: compêndio dos editais: 2011 a 2015/coordenação, Rívia Ryker Bandeira de Alencar. – Brasília, DF (IPHAN, 2016).	Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), criado por meio do art. 8º do Decreto nº 3551/2000; instância de implantação e execução da política de Salvaguarda do patrimônio cultural imaterial em nível federal. A publicação apresenta objetivos, princípios e diretrizes do Programa.
10	Saberes, fazeres, gíngas e celebrações: Ações para a salvaguarda de bens registrados como Patrimônio	Livro com as principais ações de salvaguarda desenvolvidas para os bens registrados no período de 2002 a 2018. Em forma de relatório, a publicação traz resultados efetivos da ação do IPHAN em conjunto com detentores e parceiros, visando assim, a demonstração dos efeitos proporcionados pelo registro; objetivos, princípios, diretrizes, eixos e linhas de ação.

Cultural do Brasil 2002-2018.	
----------------------------------	--

Fonte: elaboração da autora.

Das publicações elencadas no Quadro acima, nas duas décadas que se seguiram à publicação do Decreto n° 3.551, de 4 de agosto de 2000, destacamos a educação patrimonial como uma dimensão relevante na Política Federal para a proteção do patrimônio imaterial; o Termo de Referência para a Salvaguarda de Bens Registrados (2015) estabelece três linhas de ação, quais sejam pesquisa, documentação e informação, sustentabilidade e promoção, apresentando nesta última o desenvolvimento de programas educativos com vistas à democratização e difusão do conhecimento sobre o patrimônio cultural brasileiro, em especial o de natureza imaterial. O Termo menciona ainda a questão do conflito, inerente aos processos de salvaguarda, para a qual os processos educacionais, se pautados pelo diálogo, podem ser fundamentais. O campo do patrimônio é o campo do conflito, pois que, é atribuição de valores, e o direito à cultura é o direito à diferença, direito que é legítimo quando promove diálogo e transformações mútuas (MENESES, 2009).

2.5.2 O Turismo de Base Comunitária

Pesquisamos, no dia 3 de junho do corrente ano, nos portais de busca CAPES e Google Acadêmico, o assunto Turismo de Base Comunitária, termo composto para o qual utilizou-se o símbolo aspas, em busca de restrição e relevância. No Portal Capes, utilizando-se o filtro *artigos e periódicos revisados por pares*, a partir de recorte temporal que contemplasse a última década (publicados entre 2011 e 2022), obteve-se 17 artigos; no Portal Google Acadêmico, utilizando-se o filtro *artigos de revisão*, e mantendo o mesmo recorte temporal da busca no Portal CAPES, alcançou-se 34 artigos; em ambas as buscas se manteve os filtros *ordem por relevância*, e *qualquer idioma*.

Na busca no Google Acadêmico, foram descartados artigos que não traziam o termo Turismo de Base Comunitária no título ou nas palavras-chave, e mantidos os que traziam o termo Turismo Comunitário, por correlato, restando apenas 7 artigos. Na redução dos dados, foram mantidos os artigos que

continham discussão teórica e abordavam características do TBC. O Quadro 5 apresenta os resultados.

Quadro 5 – Publicações sobre TBC – 2012/2023.

	Título/Ano da publicação	Características TBC
01	O processo de comercialização do turismo de base comunitária no Brasil: desafios, potencialidades e perspectivas/ 2012.	<ul style="list-style-type: none"> • Organização do turismo na escala local; • Desenvolvimento humano da comunidade; • Não é um segmento do mercado; • Prática a ser incorporada aos segmentos do mercado do turismo para influenciá-lo na perspectiva da sustentabilidade;
02	O turismo comunitário como alternativa para a preservação dos ecossistemas litorâneos: o caso da Comunidade de Curral Velho, Acaraú – CE, Brasil/2013.	<ul style="list-style-type: none"> • Aproximação visitante, local e comunidade; • Realizado em áreas naturais, determinado e controlado pelas comunidades locais; • Gera benefícios predominantemente para a comunidade local e para as áreas relevantes para a conservação da biodiversidade;
03	Turismo de base comunitária e desenvolvimento socioespacial: um diálogo possível/2013.	<ul style="list-style-type: none"> • Busca de estratégias de desenvolvimento para comunidades, favorece a coesão e o laço social e o sentido coletivo de vida em sociedade; promove a qualidade de vida, o sentido de inclusão, a valorização da cultura

		<p>local e o sentimento de pertencimento;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Interpretação local do turismo, frente às projeções de demandas e de cenários do grupo social do destino; • Encontro e oportunidade de experiência compartilhada entre os visitantes e os visitados base endógena da iniciativa; • Participação local ocorre todos os momentos do projeto turístico, como no processo de planejamento, implementação e avaliação do mesmo; • Valorização do patrimônio cultural do lugar como estratégia para que populações tradicionais sejam protagonistas de seus modos de vida; • Relação dialógica e interativa entre visitantes e visitados; • Autogestão (associativismo/cooperativismo) comunidades locais são principais beneficiadas; • Compartilhamento do cotidiano, do lazer, da religiosidade, dentre outras atividades para favorecimento das relações interpessoais;
04		<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento social e econômico de comunidades;

	A Educação Patrimonial no Turismo Sertanejo de Base Comunitária/2014.	<ul style="list-style-type: none"> • Prática sustentável, turismo economicamente viável, que preserva os recursos do meio ambiente físico e o tecido social;
05	Do desenvolvimento global ao desenvolvimento local: novas perspectivas do desenvolvimento do turismo/2014.	<ul style="list-style-type: none"> • Participação social, população local é agente fundamental; • Sustentabilidade; • Integração socioeconômica; • Valorização cultural;
06	El Turismo Comunitario en el Ecuador: Una revisión de la literatura/2015.	<ul style="list-style-type: none"> • Inclusão de todos os membros da comunidade com distribuição equitativa de direitos e obrigações; • Tem origem na decisão da comunidade de mostrar seu cotidiano, cultura, cosmovisão, autenticidade de uma vida diferente - e às vezes indiferentes- do mundo globalizado; • Capital social forte, motivação e compromisso a longo prazo; • Trabalho em equipe; • Sentido de identidade e busca do bem comum;
07	Turismo de base comunitária: análise quanto às interferências do turismo de pesca no baixo Rio Branco, Roraima, Brasil/2016.	<ul style="list-style-type: none"> • Tem como objetivos o desenvolvimento local, a gestão participativa, o protagonismo social; • A participação local deve ser efetiva, nas ações, transcende a informação da população;

<p>08 As redes de colaboração no turismo de base comunitária: implicações para a gestão participativa, 2016.</p>	<ul style="list-style-type: none">• Apropriação e empoderamento das comunidades no planejamento, implementação e avaliação dos projetos;• Escala limitada e conservação dos recursos naturais e culturais;• Desenvolvimento econômico e social para a comunidade local;• Qualidade da experiência do visitante;• Predomínio das relações sociais colaborativas nos serviços turísticos implementados;• Autogestão;• Permanente interlocução e negociação de compromissos intracomunitários;
<p>09 Turismo Comunitário e Desenvolvimento Local: uma revisão integrativa sobre a Acolhida na Colônia/2019.</p>	<ul style="list-style-type: none">• Organização e execução a cargo de associações/cooperativas cujos membros desejam ter no turismo uma alternativa econômica, sem que para tal se eliminem as atividades tradicionais desenvolvidas no seu cotidiano de trabalho;• Resistência ao turismo de massa;• Forma associativa, planejada e controlada pela comunidade, mediante gestão participativa e integrada a arranjos produtivos locais;• Equilíbrio das atividades turísticas associando desenvolvimento

		econômico, proteção ambiental e satisfação de turistas e residentes;
10	O turismo é uma dádiva? Uma “etnografia das trocas” e a oferta da experiência “chamada” Turismo de Base Comunitária em Anã, Santarém, Pará/ 2019.	<ul style="list-style-type: none"> • Protagonismo da comunidade anfitriã como sujeito no processo; • O encontro entre visitantes e visitados não deve ser mediado por agentes externos; • Observação: o artigo critica a atuação da ONG e desconsidera a proposta como TBC;
11	Turismo Sustentável: Reflexões, avanços e perspectivas Marcos Tonet Damas, 2020.	<ul style="list-style-type: none"> • Envolvimento com os projetos comunitários; • Experimentação alternativa ao modo de vida consumista; • Estratégia de comunicação social para planejamento e desenvolvimento da base; • População autóctone é protagonista no resgate ou na conservação de seu modo de vida para vivencia-lo através da atividade turística; • Compartilhamento do cotidiano, lazer, religiosidade, dentre outras atividades, permitindo relações humanas favorecidas por tal ação; • Valorização da cultura local é parâmetro essencial para afirmação de identidades e pertencimento (não como produto de mercado);

<p>12 Turismo de Base Comunitária em Remanescentes de Quilombos: uma análise das comunidades do Vale Do Ribeira, São Paulo - Brasil, 2021.</p>	<ul style="list-style-type: none">• Fortalecimento do manejo responsável dos recursos, sobretudo os de cunho social;• Turismo integrado às demais questões locais como educação, saúde e meio ambiente;• Protagonismo (iniciativa) da comunidade local, que se apropria dos resultados do trabalho;• Interação que permite trocas de perspectivas e de vivências entre a população e o visitante e que transcende a lógica mercantil;
<p>13 Turismo de base comunitária: uma revisão sistemática e bibliométrica da literatura/2021.</p>	<ul style="list-style-type: none">• Fenômeno social que busca ir além dos resultados econômicos do turismo;• Valorização dos saberes tradicionais e da cultura local, fortalecimento das relações sociais;• Conservação dos recursos naturais;• Protagonismo da população local com mecanismos de autogestão;• Manutenção da propriedade do território;• Democratização de oportunidades e benefícios;• Metodologia norteada por premissas que, a médio e longo prazos, visam trazer aumento na qualidade de vida dos atores diretamente envolvidos;

		<ul style="list-style-type: none"> • Organização Comunitária; • Democratização de oportunidades e repartição de benefícios; • Integração Econômica; • Interculturalidade; • Saneamento ambiental;
14	Turismo de base comunitária e resiliência socioecológica em espaços territoriais protegidos e adjacências: uma revisão de metodologias aplicadas/2022.	<ul style="list-style-type: none"> • Protagonismo da comunidade envolvida; • Compromisso com a sustentabilidade em todas suas dimensões; • Vínculo com o território; • Preocupação com o desenvolvimento social e econômico da comunidade receptora; • Troca entre visitante e anfitrião baseada na autenticidade.

Fonte: elaboração da autora.

O que a revisão bibliográfica apresentou reflete o debate mais amplo da sustentabilidade, e, mais situadamente, do turismo sustentável – vide Carta do Turismo Sustentável, de 1995 - da crítica aos modelos vigentes e insustentáveis de desenvolvimento, conforme já afirmamos no Capítulo 1, e anteriormente (HICKENBICK, 2022).

No que se refere a atuação do Estado, destacamos o estudo de Lima e Oliveira (2022) sobre TBC e políticas públicas para o turismo, que apresenta seis premissas do TBC recorrentes na literatura nacional acerca do tema, quais sejam, o protagonismo local; a autogestão; a geração de benefícios econômicos para as populações locais; a valorização da cultura local e o compromisso de proteção da natureza; a oportunidade do encontro entre visitantes e visitados, e o compromisso de melhoria da qualidade de vida e bem-estar das populações

locais. Com base nestas premissas, o estudo analisou os Planos Nacionais de Turismo (PNT), no período entre 2003 a 2018 – sendo o PNT 2013-2016 o único a mencionar o TBC - para concluir que a concepção do TBC, traduzida nas narrativas de políticas públicas de turismo, tem sido periférica e, claramente influenciada por inúmeros interesses e ideologias de mercado que, por sua vez, são contraditórios com muitas das premissas centrais de uma prática que se constrói, exatamente como contraponto, a essa tendência global (LIMA e OLIVEIRA, p. 12, 2022).

De forma geral, os resultados apresentados no Quadro 5, coincidem com o estudo acima citado, em termos de características, e com o que vem sendo assumido pelo PEP-TBC. O Programa vem destacando determinadas características que dialogam com as conclusões de Lima e Oliveira (2012), conforme se verá nos resultados da investigação (Capítulo 3).

CAPÍTULO 3: AS AÇÕES DO PROGRAMA DE EXTENSÃO EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E A POLÍTICA FEDERAL PARA A SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL: RESULTADOS DA INVESTIGAÇÃO

Foto 4: Projeto Tekoá Pirá



Fonte: Fotografias de ações de acompanhamento, articulação e comunicação no Projeto Ampliação e Fortalecimento da Base Comunitária no Campeche: Salvaguarda do Patrimônio Cultural e Ambiental e Turismo de Base Comunitária em 2021 e 2022 (Arquivo Projeto Tekoá Pirá).

Este capítulo apresenta os principais resultados da pesquisa, que partindo da ideia da convergência entre o campo patrimonial e o Turismo de Base Comunitária (HICKENBICK, 2022), analisou o caso do Programa de Extensão

Educação Patrimonial e TBC em relação com a Política Federal para o patrimônio cultural imaterial; demonstra a crítica das fontes e a perspectiva qualitativa de análise. Quanto a forma de apresentação, optou-se pela transcrição e textualização de trechos dos documentos selecionados, e pela organização em quadros e figuras.

3.1 A crítica das fontes

De forma geral, a crítica das fontes para a análise de conteúdo foi realizada em 5 momentos, sendo primeiro a leitura prévia do material, sem categorizá-lo; o segundo, a partir do desmembramento em unidades temáticas semelhantes, de acordo com o critério semântico (BARDIN, 2018), com o apoio das categorias definidas *a priori*, a partir das Linhas de Atuação sugeridas em reunião no dia 4 de fevereiro de 2022, pela professora Daniela de Carvalho Carrelas, então doutoranda, atualmente coordenadora adjunta do Programa, e sujeito desta investigação; são elas, Acompanhamento, Formação e Articulação. O terceiro momento estabeleceu, *a posteriori*, as categorias Comunicação e Gestão; o quarto, realizou a vinculação teórica e o quinto, a submissão dos resultados preliminares aos sujeitos selecionados, descritos no Quadro 1.

3.1.1 Documento ATA

A análise deste Documento teve por objetivo categorizar as ações do PEP-TBC, bem como posicioná-las em termos de frequência.

Na análise das 77 atas do PEP-TBC e do Projeto Campeche não se identificou o teor de cada uma das três Linhas de Atuação acima descritas, ou um padrão de procedimento explicitamente registrado. Desta forma, as categorias foram definidas a partir da análise do material e da submissão ao crivo da coordenadora adjunta do Programa e coordenadora de dois projetos vinculados, professora Daniela, primeiramente, e posteriormente aos demais integrantes do PEP-TBC selecionados para esta investigação. Como resultados, obtivemos o que segue.

Acompanhamento: ação vinculada aos projetos; participação nas demandas dos coletivos e comunidades, com constância e periodicidade definida *a priori*, de forma presencial ou virtual; com duração média de dois anos;

priorização da fala da comunidade externa (escuta). Exemplo: os projetos, com execução de 24 meses e reuniões periódicas.

Formação: ação vinculada ao Programa e aos projetos; oferta de cursos pelo IFSC; oportunizarão a participação de discentes nas ações de extensão; priorização da fala institucional. Exemplos: O Curso de Extensão Noções Básicas de Educação Patrimonial e Turismo de Base Comunitária; inclusão de discentes no Programa para ação específica qualificação da dimensão gastronômica dos roteiros culturais.

Articulação: ação vinculada ao Programa e aos projetos; encaminhamentos junto a instituições demandadas pelas comunidades e coletivos; realização de eventos com objetivos de reunir os agentes sociais em torno dos temas de interesse do Programa. Exemplo: Primeiro e Segundo Encontro do PEP-TBC.

Comunicação: ação vinculada ao Programa e aos projetos; produção de conteúdo em suportes diversos e oportunizarão acesso aos bens culturais e naturais dos lugares onde estão sendo realizadas as ações de extensão. O objetivo mais fortemente mencionado pelos coletivos e comunidades quando demandam a realização desta ação é dar a conhecer, divulgar, visibilizar a prática cultural, o lugar. Exemplos: vídeos institucionais; produção de conteúdo para redes sociais; realização de roteiros culturais, produção de informativos físicos como banners e folders; entrevistas, depoimentos e lives; publicações acadêmicas.

Gestão: ação vinculada ao Programa e aos projetos; submissão de propostas em editais, internos (IFSC) e públicos para captação de recursos. Exemplo: Submissão de proposta ao Plano de Incentivo à Cultura da Fundação Catarinense de Cultura (PIC-FCC), do Projeto Campeche.

Os resultados apresentados no Quadro 6 foram baseados no tempo dispendido em torno das etapas das ações, desde a decisão de agir até os desdobramentos, incluindo, por vezes, a sua avaliação. Um exemplo significativo é a submissão de proposta, pelo Projeto Campeche, ao Plano de Incentivo à Cultura da Fundação Catarinense de Cultura (PIC-FCC), foram consideradas a discussão sobre a submissão, o estudo do edital, a elaboração da proposta, os encontros com os pescadores para a sua apreciação e envolvimento em determinadas etapas, a comunicação com a FCC (por correio eletrônico e pessoalmente); esta ação contou 37 unidades na análise de frequência.

A transcrição de duas reuniões, cada qual contando uma unidade, demonstra a operação acima descrita (figuras 1 e 2); o tempo decorrido entre as duas reuniões – sete meses - esclarece e fundamenta a Linha de Atuação Acompanhamento, no que se refere ao tempo de execução dos projetos.

Figura 1 – Projeto Campeche 2022

Reunião extraordinária Casa do Pedrinho/ 09-11-2022

Pauta: PIC

Presentes:

Pescadores: Pedrinho, Valtinho, Hamilton.

Extensionistas: Beatriz, Eliane, Gisele, Roberta

IFSC: Claudia

Apresentação do PIC

Opções de lugares onde levar: Casas d'água, Pedrita, Casol, Fort
Atacadista, Imobiliária Koerich

Carta de apresentação

O que é o PIC

Começar Pedrita, Casas D'água, Fort

Data para ir 17/11

Eliane, Valtinho, Pedrinho, Gisele, Roberta, Andrea, Claudia, Amilton

8:30 na Pedrita

Tentar agendar para às 14h no Fort

Pedrita, Valtinho vai falar com Regiane

Associação tem que fazer conta só para o PIC

Fonte: elaboração da autora.

Figura 2 – Reunião Projeto Campeche**Reunião Extraordinária/ 05 – 05 -2023****Pauta: PIC**

Presentes: Beatriz, Zé Ronconi (Conselho Estadual de Cultura- CEC- arquiteto, representa o PCI no Conselho) Claudia.

Após as apresentações, Beatriz e Claudia expuseram o caso da submissão da proposta do Pirá ao PIC; Zé Ronconi apresentou suas considerações que demonstraram entendimento das questões colocadas pelo IFSC/Pirá; solicitou o envio de documentos.

Encaminhamentos: Beatriz encaminhará documentos solicitados sobre o coletivo e a proposta; Claudia irá escrever ao Rodrigo Rosa, a pedido do Conselheiro; Conselheiro pedirá pauta em reunião do CEC entre dias 24 e 29 de maio.

Fonte: elaboração da autora.

Quadro 6 – Análise de conteúdo das ações do PEP-TBC: frequência por categoria temática

DOCUMENTO - ATA					
T o t a l	Acompanhamento Frequência Ano/Origem	Formação Frequência Ano/Origem	Articulação Frequência Ano/Origem	Comunicação Frequência Ano/Origem	Gestão Frequência Ano/Origem
		07/2022 Programa	11/2021 Programa	02/2022 Programa	01/2022 Programa
	34/2022 Projeto	17/2023 Programa	08/2022 Programa	11/2023 Programa (13)	02/2023 Programa (03)
	10/2023 Projeto	(24- Projeção: 74)	22/2023 Programa (41)	14/2022 Projeto	38/2022 Projeto
	(44 - Projeção: 132)	08/2022 Projeto	52/2022 Projeto	17/2023 Projeto (31 Projeção: 93)	12/2023 Projeto (50 Projeção: 150)
		0/2023 Projeto (08 Projeção: 24)	24 /2023 Projeto (76 Projeção: 228)		
T o t a l	132	98	269	106	153

Fonte: Elaboração da autora

As ações verificadas no Projeto Campeche, selecionado para esta investigação, foram projetadas para os Projetos José Mendes e Sertão do Ribeirão, considerando que a metodologia é a mesma desenvolvida nos três projetos vinculados ao Programa.

Na Categoria Formação, foram consideradas as 50 horas do Curso Noções Básicas como análogas às reuniões, verificadas no Documento ATA, entretanto, deve ser considerado que esta Categoria contempla a formação dos discentes extensionistas, diluída em outras, principalmente o Acompanhamento.

Considerando que as ações desenvolvidas no Programa e nos projetos são articuladas e intercambiáveis, a análise do Documento ATA destacou a categoria Articulação, como predominante no Programa e nos Projetos.

Conforme se verifica no Documento, as reuniões têm sido realizadas por meio do aplicativo *google meet*, uma experiência do período pandêmico da COVID-19, que viabilizou o ensino, a pesquisa e a extensão no âmbito do IFSC, e que foi incorporada após o fim da pandemia. Consideramos que as ações organizadas sob esta categoria – Articulação – predominam sobre as demais muito em função desta facilidade, que permite, primeiramente que as reuniões aconteçam entre sujeitos localizados em diferentes espaços – caso das reuniões ordinárias do Programa, realizadas com servidores de Florianópolis e de Garopaba, além dos discentes extensionistas – e, ainda que muitas tarefas possam ser realizadas também neste formato. Outra projeção poderia ser feita, considerando a observação de um dos sujeitos deste estudo, quanto às ações que acontecem por meio do *whats app*, não documentadas; esta Categoria deve ser compreendida em relação direta com a Categoria Acompanhamento, pois é um desdobramento da inserção nos territórios, onde predominam ações dos Projetos. O destaque para a *Articulação* está também ligado ao fato de que no ano de 2021, que antecedeu o início efetivo do Programa, foram realizadas inúmeras reuniões institucionais e interinstitucionais a fim de ampliar o diálogo sobre o que seria o Programa, o que fundamentou o delineamento dos seus objetivos.

Esta análise sublinha o compromisso assumido pelo Programa com ações processuais, não pontuais ou descontínuas, aproximando-se no que está posto na Política Federal para a preservação do patrimônio imaterial, conforme se verá mais adiante.

3.1.2 Documento Curso Noções Básicas de Educação Patrimonial e Turismo de Base Comunitária

A análise deste Documento foi realizada concomitantemente com o Documento Vídeo Institucional, apresentado no tópico 3.1.3; teve por objetivo identificar a definição de TBC explícita nas aulas, e, portanto, assumida pelo Programa.

3.1.2.1 O Curso de Extensão Noções Básicas de Educação Patrimonial e Turismo de Base Comunitária

O Curso de Extensão Noções Básicas de Educação Patrimonial e Turismo de Base Comunitária foi ofertado em 2022, com a carga horária de 50 horas. Realizadas em oito encontros síncronos (aulas expositivas e dialogadas) e três encontros de orientação dos coletivos na construção de proposta de atividade TBC. Para permitir a participação de sujeitos das duas regiões envolvidas com o Programa, Florianópolis e Garopaba, a equipe optou pelo formato Atividades Não Presenciais (ANP), a partir da experiência institucional adquirida durante o período pandêmico da COVID-19; foi utilizado o serviço de comunicação por vídeo desenvolvido pelo *Google (google meet)*. Para a disponibilização do material das aulas, foi utilizado o serviço de armazenamento e sincronização de arquivo (Drive), também do *google*. Além das ANP, foi realizada uma aula de campo, selecionando-se um dos trabalhos desenvolvidos pelos coletivos participantes do curso, o Roteiro Cultural Siriú Macacu, em Garopaba.

O Curso teve por público prioritário os Coletivos Preservacionistas que dialogaram com o Programa quando de sua concepção (ATA, 2021); O termo Coletivos Preservacionistas tem sido aplicado aos sujeitos organizados, formal ou informalmente, com algum nível de vínculo com o Programa, em torno da preservação de bens culturais e naturais, por meio do Turismo de Base Comunitária, na perspectiva que vem sendo desenvolvida pelo IFSC.

A opção metodológica foi pelo trabalho em grupo, de forma que, ainda que as inscrições tenham sido individuais, os alunos foram orientados a se organizar coletivamente para desenvolver ou qualificar uma proposta de TBC. A qualificação das propostas foi buscada a partir do diálogo entre os campos teóricos da Cultura, do Patrimônio, do Turismo, com foco no TBC, e da Administração, uma vez que lançou mão da ferramenta denominada *Canvas*, adaptada para a perspectiva do PEP-TBC; como exemplo, houve a inclusão na ferramenta, de um campo em que os Coletivos precisaram informar o envolvimento e o compromisso com o lugar onde se desenvolveria a proposta TBC (*Aula 2*).

Dentre os 72 inscritos, somente 6 não informaram a participação em um coletivo, 39 finalizaram o curso, e 7 coletivos apresentaram suas propostas,

restando alguns indivíduos que não o fizeram, e foram certificados como ouvintes. Dentre os que concluíram o Curso, o Coletivo Capoeira se constituiu no curso - embora seus integrantes já fizessem parte do Fórum da Capoeira de Florianópolis – e no momento em que finalizava a presente investigação, fazia a sua primeira experiência com TBC.

Ainda que nem todos os alunos tenham mencionado a sua formação, a partir do Documento (Aula 1), foi possível traçar o perfil formativo dos integrantes dos coletivos conforme demonstra o Quadro 7.

Quadro 7 – Perfil formativo dos integrantes dos coletivos participantes do Curso de Noções Básicas (documento Curso Noções Básicas)

Nº	Coletivo Preservacionista	Perfil (formação)
1	Coletivo Taiá Terra	Curso superior: (Geografia, Assistente Social). Curso técnico: Guia de Turismo (IFSC). Qualificação profissional: Condução Ambiental (IFSC);
2	Associação de Turismo de Base Comunitária – Coletivo Tekoá (Pirá e Taguá)	Curso superior (História, Turismo, Geografia, Letras, Gestão do Turismo/IFSC); Curso superior: (Geografia); Curso técnico: Guia de Turismo (IFSC); Qualificação profissional: Condução Ambiental;

3	Coletivo Embaúba	Curso superior (História, Turismo, Geografia, Letras, Gestão do Turismo); Curso superior: (Geografia); Curso técnico: Guia de Turismo (IFSC) Qualificação profissional: Condução Ambiental;
4	TBC Sul	Curso superior: (Geografia) Curso técnico: Guia de Turismo (IFSC) Qualificação profissional: Condução Ambiental e Cultural;
5	Amosertão	Curso superior (Geografia, Educação, Física, Pedagogia); Curso técnico: X Qualificação profissional: X;
6	Ratones Rural	Curso superior (Geografia); Curso técnico: Guia de Turismo (IFSC); Qualificação profissional: Condução Cultural (IFSC);
7	TBC Capoeira	Curso superior (História; Letras; Educação Física); Curso Técnico: Guia de Turismo (IFSC); Qualificação profissional: Condução Ambiental e Cultural;

Fonte: Elaboração da autora

Conforme se pode depreender das informações constantes do Quadro acima, todos os coletivos são integrados por sujeitos com educação de nível superior, com curso técnico ou de qualificação profissional na área do turismo; em todos os Coletivos verificamos a presença de alunos e egressos de cursos do IFSC, principalmente no nível técnico (Guia).

A descrição do perfil formativo dos alunos do Curso é relevante na medida em que aponta a ausência de sujeitos diretamente ligados às práticas culturais a serem salvaguardadas; dentre os sujeitos descritos no tópico 2.2.2 - pescadores, povos de terreiros, capoeiras, quilombolas, família ligadas aos engenhos de farinha no litoral de Santa Catarina - participaram do Curso aqueles com acesso à educação formal. O perfil dos alunos remete ao que foi desenvolvido na investigação anterior, também em torno dos envolvidos com a salvaguarda de bens culturais, na qual evidenciaram-se dois tipos de sujeitos, os nativos mais jovens ou lideranças (NJL) e os nativos idosos (NI). Os primeiros têm uma identidade metacultural,

(...) vivem principalmente da cultura. Fizeram do seu modo de vida uma missão de vida. Passaram de usufruidores de determinadas formas e objetos, a agentes de sua preservação e fizeram disso uma atividade laboral, são trabalhadores da cultura (HICKENBICK, 2022).

Os nativos idosos não apresentaram envolvimento comunitário, no sentido da resistência, da militância, tampouco demonstram necessidade de agir para preservar, “vivem a cultura vernácula, porque a vivem simplesmente, sem pensar quanto, como ou até quando a vivem ou viverão, ainda que partilhem do sentimento de perda de espaço com os nativos metaculturais (HICKENBICK, 2022).

A ausência acima mencionada reitera o diálogo como condição para a atuação do Estado nos lugares, e a pertinência de um dos objetivos do Programa, de promover formação nos lugares onde ocorre a prática, ao mesmo tempo em que destaca o acesso à educação para o desenvolvimento de propostas de TBC. Outro aspecto a ser destacado é a presença da perspectiva do TBC e da educação patrimonial nos cursos de formação profissional do IFSC, uma vez que a análise do Documento aponta para o interesse dos egressos do IFSC no tema de egressos do IFSC, bem como sua organização em Coletivos como um desdobramento da formação.

3.1.2.2 As características do TBC na perspectiva do Programa

As características descritas abaixo, foram extraídas majoritariamente da Aula 3, ministrada pela professora Daniela de Carvalho Carrelas, sobre o tema Turismo de Base Comunitária e tiveram como referência teórica as proposições de Murphy (1983), Coriolano (2009), Ballesteros (2017) e, ainda a perspectiva registrada na Cartilha em Unidades de Conservação Federais (ICMBio, 2019).

Características do TBC na perspectiva do Programa

1. Atendimento das necessidades manifestadas pela comunidade local anfitriã;
2. Participação e controle da comunidade local anfitriã no processo de desenvolvimento do turismo, como condição para sua sustentabilidade;
3. Protagonismo da comunidade local anfitriã na proteção de seu patrimônio cultural e natural;
4. Autogestão, por meio de associativismo ou cooperativismo;
5. Realização de parceria com setores público e privado;
6. Geração de benefícios para a comunidade local anfitriã, para além das pessoas envolvidas com a oferta;
7. Concepção da oferta em pequena escala, artesanal como os bens culturais que devem compor a experiência, para privilegiar o encontro entre anfitriões e visitantes;
8. Caráter complementar da visitação, em relação às demais atividades desenvolvidas pelas comunidades de forma a contribuir para a geração de renda e para o fortalecimento e valorização dos ofícios e modos de vida local;
9. Centralidade do caráter educativo patrimonial do TBC, tanto para comunidade local anfitriã quanto para os visitantes;
10. Priorização dos moradores da cidade e região, especialmente estudantes, como público para a visitação;

A Figura 3 demonstra a abordagem das características 7 e 8, que distanciam o TBC do turismo convencional, com destinos produzidos em série, e com a busca do fluxo constante.

Figura 3 – Narrativa Aula Turismo de Base Comunitária

Nós entendemos que o TBC deve ser uma atividade complementar e nunca a atividade principal, até porque se a gente for cair na roda viva do fluxo constante (...) as cidades estão buscando a competitividade dos destinos turísticos (...) então, tem que ter atenção, porque se o turismo de massas já tem problema, imagina o TBC, acho que é uma preocupação que tem que estar presente, ao menos para mim
(Narrativa professora Daniela, Aula 3).

Fonte: Elaboração da autora a partir do Documento Curso Noções Básicas.

A figura 4 aborda principalmente as características 3 e 9:

Figura 4 – Slide – Aula Turismo de Base Comunitária

Os gastos globais com turismo superaram o crescimento do PIB global, mas também nenhum órgão regulador surgiu para definir e impor limites à aquisição de bens públicos como praias e centros urbanos, para cuidar da “capacidade de carga” da natureza e das comunidades anfitriãs ou para combater os dois elefantes na sala da indústria do turismo: sazonalidade e condições de trabalho abaixo do padrão.

Prof. Dr. Wolfgang Georg Arlt Chief Executive Officer at COTRI China
Outbound Tourism Research Institute Hamburgo, Hamburgo,
Alemanha.

Fonte: (<https://www.phocuswire.com/why-the-world-needs-meaningful-tourism>)

Reflexão - base comunitária para proteger o patrimônio, não necessariamente para a oferta turística. Concordam??

A reflexão que finaliza a tela - *base comunitária para proteger o patrimônio, não necessariamente para a oferta turística. Concordam??* - aponta para ideia de que o TBC,

(...) Configura-se como caminho para uma tomada de consciência pelas pessoas do lugar, que, por meio da apropriação de aspetos históricos, culturais e naturais, e pela organização associativista ou cooperativada, podem chegar a uma proposta de TBC, sendo o turismo uma consequência desta organização e da proteção aos bens culturais e naturais. Desta forma, o elemento que distingue e caracteriza o TBC, em primeiro lugar, é de natureza política, pois trata-se do protagonismo local sustentado pela propriedade e pelo controlo da actividade turística (BOTELHO, 2018 In HICKENBICK, 2022).

Verificamos no Documento o posicionamento da equipe do Programa em torno de premissas do TBC (aqui denominadas características) e não necessariamente a assunção de um conceito, embora destaque-se a sua dimensão política, concordando com Botelho (2018).

É possível afirmar a correspondência entre as características assumidas pelo PEP-TBC e o que foi verificado na revisão bibliográfica (Quadro 5); entretanto, destaca-se, no Programa, a dimensão educativa (Característica 9), conforme apresentaremos no tópico seguinte.

3.1.3 Documento vídeo institucional

Entre os diversos elementos possíveis de serem analisados neste tipo de Documento, selecionou-se as narrativas.

Entre 2018 e 2023, a TV IFSC produziu 6 vídeos sobre projetos de extensão de TBC.

Em 2023 a equipe da TV foi incorporada ao Programa para realizar um trabalho que se diferencia dos que habitualmente desenvolve, no sentido de que, ao participar das reuniões ordinárias, a equipe apropria-se dos temas de interesse do PEP-TBC; a partir de então, os vídeos têm sido discutidos com a coordenação e com outros membros do Programa. Os resultados estão apresentados no Quadro a seguir.

Quadro 8 – Análise de conteúdo das ações do PEP-TBC: características TBC

DOCUMENTO VÍDEO INSTITUCIONAL				
Ano	Vídeo	Conteúdo	Caraterísticas TBC	Aspectos presentes nas narrativas
2018	Turismo de Base Comunitária no Bairro José Mendes	Apresenta roteiro cultural , ligado a projeto de extensão; desenvolvido em aula de campo com Curso Técnico de Guia de Turismo.	7. Concepção da oferta em pequena escala, artesanal como os bens culturais que devem compor a experiência, para privilegiar o encontro entre anfitriões e visitantes;	Envolvimento a comunidade para reconhecimento de potenciais atrativos turísticos; interação comunidade-visitante; troca cultural na apresentação do lugar pela comunidade; singularidade; experiência e envolvimento do visitante na participação em práticas culturais do lugar;
2018	O Mocotó de Floripa	Apresenta roteiro cultural , ligado a projeto de extensão; desenvolvido em aula de campo com Curso Técnico de Guia de Turismo.	Não apresenta conceito de TBC.	-

2018	Pesca artesanal da tainha	Apresenta roteiro cultural , ligado a projeto de extensão; desenvolvido em aula de campo com Curso Técnico de Guia de Turismo.	3. Protagonismo da comunidade local anfitriã na proteção de seu patrimônio cultural e natural;	Roteiros culturais como forma de dar visibilidade ao modo de vida e de preservação do patrimônio cultural.
2021	Cartografia Social da Pesca Artesanal da Tainha no Distrito do Campeche	Apresenta ação de salvaguarda da Pesca Artesanal da Tainha no Campeche.	Não apresenta conceito de TBC.	-
2023	Farinhada no Sertão do Ribeirão	Apresenta prática cultural	9. Centralidade do caráter educativo patrimonial do TBC, tanto para comunidade local anfitriã quanto para os visitantes;	Destaque para o lugar de cotidianidade, “bom de se viver que acaba sendo bom de se visitar também”; desejo e ação de pessoas - moradores, lideranças - de proteção do lugar; Iniciativa da comunidade com relação à necessidade

				<p>de dar visibilidade ao patrimônio cultural do lugar e com relação pressuposto para o TBC, anterior à visitação;</p> <p>Dimensão educacional forte;</p> <p>Oferta por quem vive o lugar e tem relação de pertencimento ligada ao patrimônio.</p>
2023	Café sombreado do Sertão do Ribeirão	Apresenta prática cultural	9. Centralidade do caráter educativo patrimonial do TBC, tanto para comunidade local anfitriã quanto para os visitantes.	<p>O público é o que valoriza a singularidade dos lugares;</p> <p>Fortalecimento da base comunitária para estruturação de TBC;</p> <p>Oferta por quem vive o lugar e tem relação de pertencimento ligada ao patrimônio, coletiva, associada às demandas do lugar e não da demanda do visitante;</p> <p>Interação entre quem vive o lugar (o anfitrião, que apresenta sua leitura do lugar) e o visitante;</p> <p>Forma de apresentar as tradições do lugar;</p> <p>Resgate das tradições como meio para tornar a comunidade</p>

				protagonista do TBC; Dimensão educativa no encontro anfitrião – visitante.
2023	Pesca Artesanal da Tainha com canoa a remo		9. Centralidade do caráter educativo patrimonial do TBC, tanto para comunidade local anfitriã quanto para os visitantes.	Cuidado com os bens patrimoniais; Centralidade da educação patrimonial relacionada a bens culturais e naturais.

Fonte: Elaboração da autora

Conforme demonstra o Quadro 8, os primeiros vídeos- que são anteriores a criação do Programa - foram produzidos no contexto de aulas de campo do IFSC - os roteiros culturais - e destacam como característica do TBC, o protagonismo da comunidade anfitriã e a oferta em pequena escala para privilegiar o encontro entre visitantes e visitados (Características 3 e 7), o turismo situado, promotor deste encontro e alicerçado na proteção e valorização dos ambientes naturais e culturais associados aos lugares de interioridade dos anfitriões (CARRELAS, 2022). Depois, já no contexto do Programa - destaca-se dimensão educativa do TBC, conforme assinalamos no item acima, resultado da análise do Documento Curso Noções Básicas.

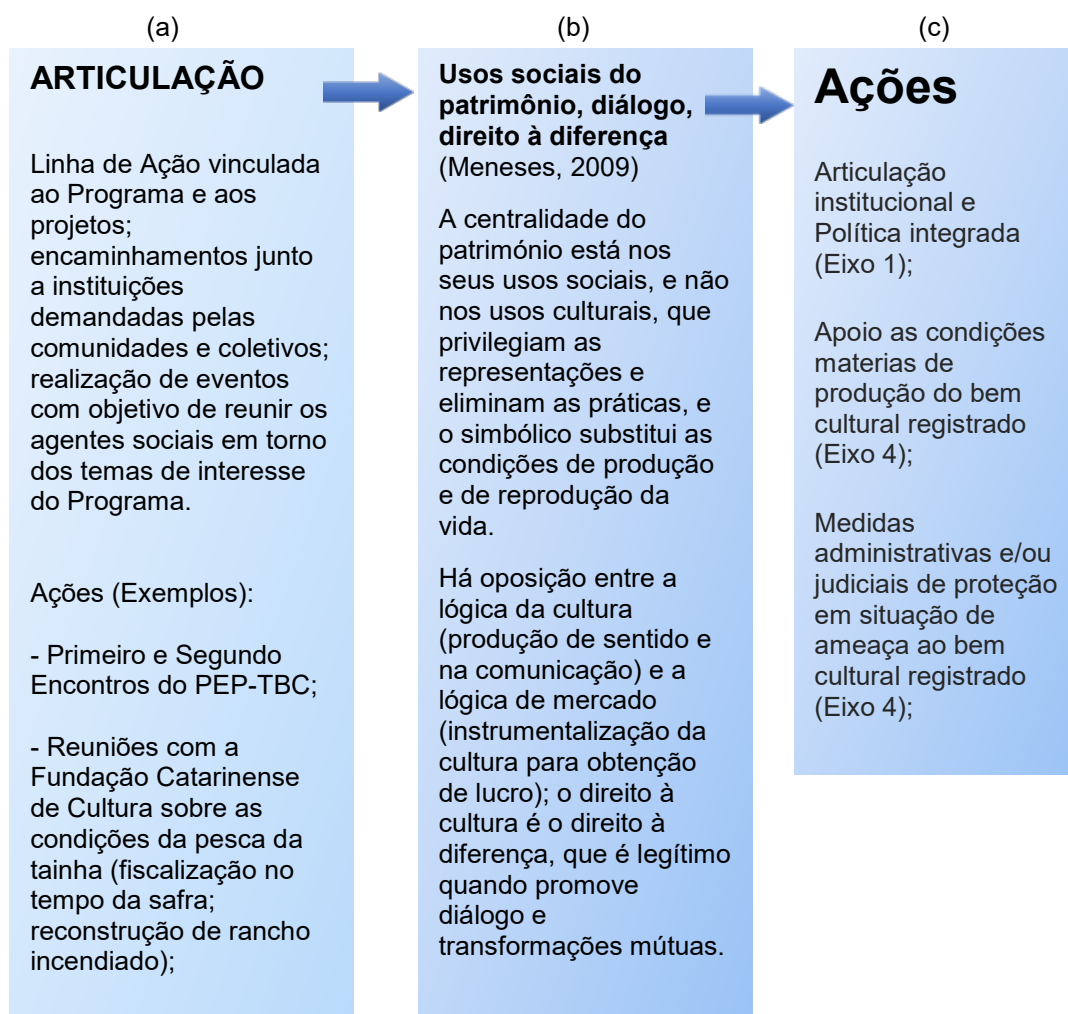
3.1.4 As ações do PEP-TBC e a Política Federal para a salvaguarda de bens culturais imateriais.

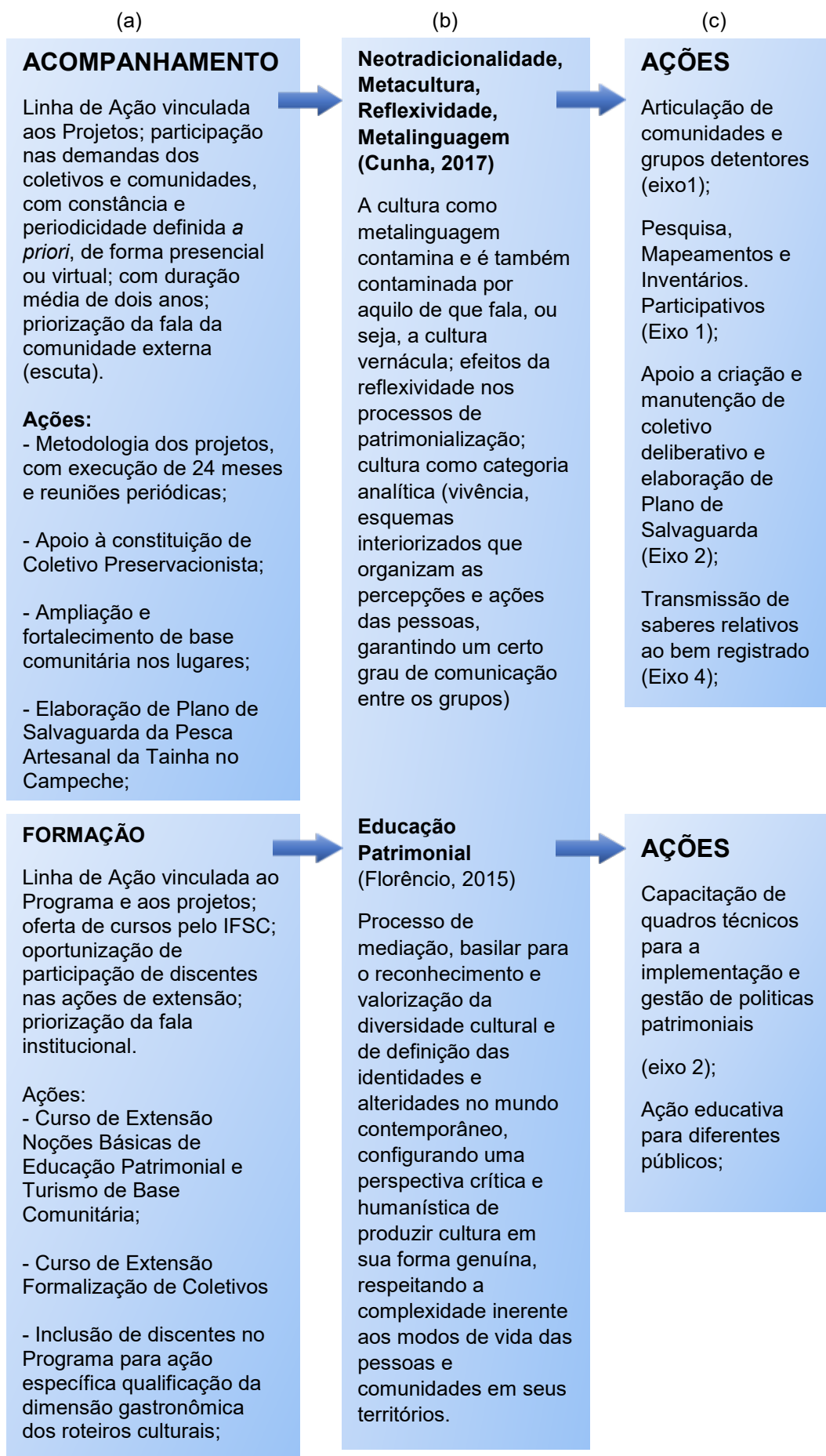
Neste tópico, buscamos relacionar as ações do Programa e as diretrizes para as Superintendências Estaduais do IPHAN para a salvaguarda dos bens imateriais, conforme o Termo de Referência instituído pela Portaria nº 299, de 17 de julho de 2015 (IPHAN, 2015), no qual estão propostos quatro eixos de ação, aos quais se vinculam 15 ações, conforme se descreve abaixo.

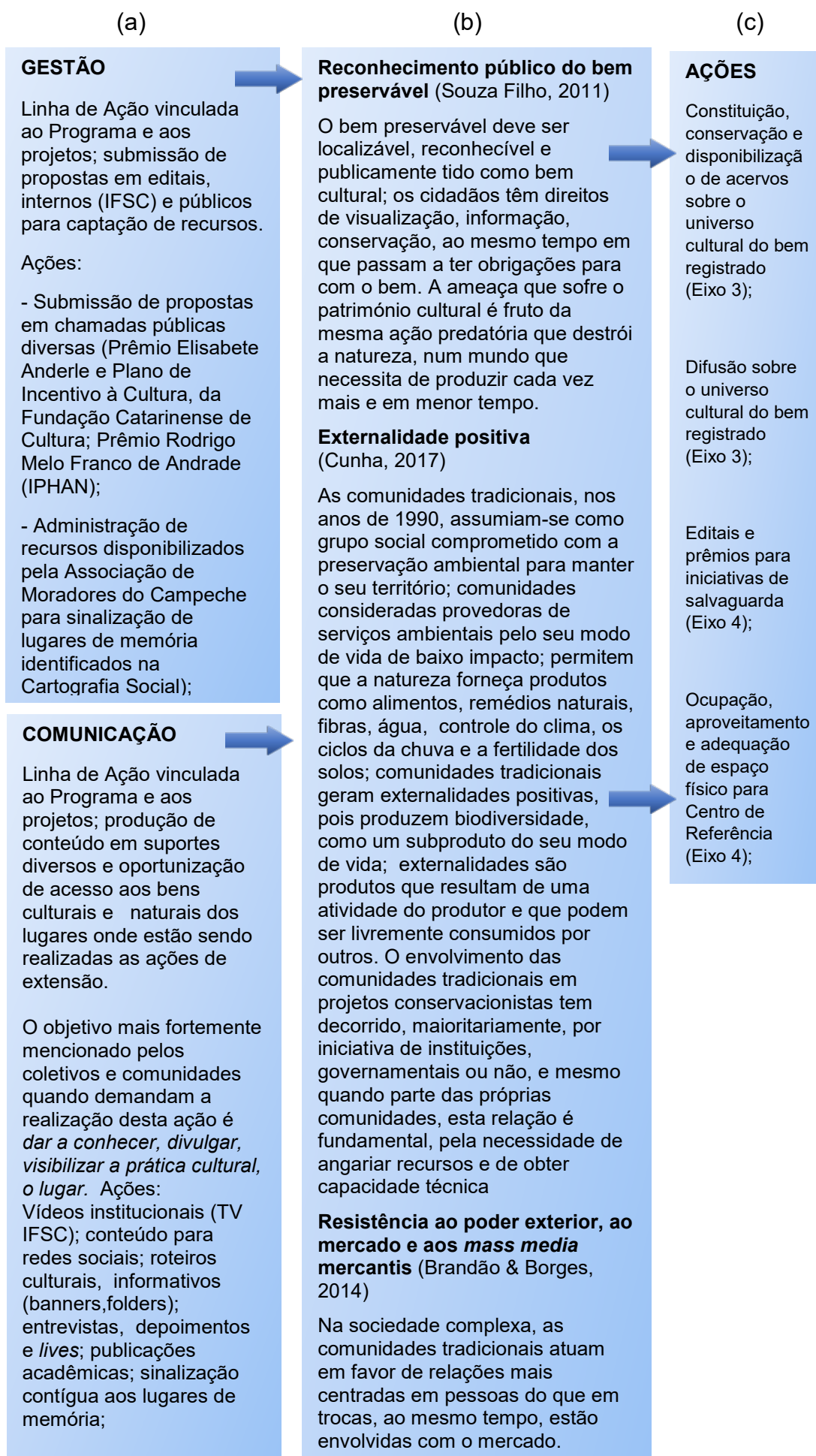
- Eixo 1: Mobilização social e alcance da política (mobilização e articulação de comunidades e grupos detentores; articulação Institucional e política Integrada; pesquisas, mapeamentos e inventários participativos);
- Eixo 2: Gestão participativa no processo de salvaguarda (Apoio à criação e manutenção de coletivo deliberativo e elaboração de plano de salvaguarda; capacitação de quadros técnicos para a implementação e gestão de políticas patrimoniais);
- Eixo 3: Difusão e Valorização (difusão sobre o universo cultural do bem Registrado; constituição, conservação e disponibilização de acervos sobre o universo cultural do bem Registrado; ação Educativa para diferentes públicos; editais e prêmios para iniciativas de salvaguarda; ampliação de mercado com benefício exclusivo dos produtores primários dos bens culturais imateriais (ação exclusiva para bens culturais cuja relação com o mercado está posta no Dossiê de Registro como estruturante do universo cultural em questão));
- Eixo 4: Produção e Reprodução Cultural (Transmissão de saberes relativos ao bem Registrado; apoio às condições materiais de produção do bem cultural Registrado; ocupação, aproveitamento e adequação de espaço físico para Centro de Referência; atenção à propriedade intelectual dos saberes e direitos coletivos; medidas administrativas e/ou judiciais de proteção em situação de ameaça ao bem cultural Registrado);

A figura 5 apresenta as aproximações entre as Linhas de Atuação do PEP-TBC e as ações propostas pela Política Federal, e os vínculos com os campos teóricos da Cultura e do Turismo.

Figura 5 – (a) Linhas de Atuação PEP-TBC, (b) Vínculos Teóricos, (c) Ações e Eixos da Política Federal







Consideramos como significativa a relação entre o Programa e a Política; destacamos a aproximação entre os Coletivos Deliberativos e a Mobilização Social (da Política) e os Coletivos Preservacionistas e a atenção à organização da base comunitária dos lugares (do Programa).

Na Política, os Coletivos Deliberativos estão definidos segundo algumas características, quais sejam, o perfil deliberativo, com atuação direta nas ações e planos de salvaguarda; podem ser formados por detentores do bem cultural, instituições públicas, entidades da sociedade civil e demais segmentos envolvidos com o bem cultural comprometidos com a salvaguarda; quanto ao formato podem ser grupos de trabalho, fóruns, conselhos, comitês ou outros tipos de organização; não realizam gestão de recursos, não formalizam personalidade jurídica e seus participantes também não são remunerados.

No Programa, conforme descrito no tópico 3.1.2.1, o termo Coletivo Preservacionista tem sido aplicado aos sujeitos organizados, formal ou informalmente, com algum nível de vínculo com o Programa, em torno da preservação de bens culturais e naturais, por meio do Turismo de Base Comunitária, na perspectiva que vem sendo desenvolvida pelo IFSC, e se diferenciam da definição assumida pela Política por formarem, em alguns casos, personalidade jurídica, e pelo interesse na realização de roteiros, como ferramenta de preservação dos bens culturais. Quanto a sua formação, tem sido majoritariamente integrado por sujeitos ligados a comunidades tradicionais (pescadores, povos de terreiro, capoeiras, ceramistas, quilombolas, famílias ligadas aos engenhos de farinha do litoral de Santa Catarina) que acessaram a Educação Básica e Superior, conforme descrito no tópico 3.1.2.1, no perfil dos alunos do Curso Noções Básicas.

Conforme apontado em investigação anterior, este perfil remete aos nativos mais jovens ou lideranças, que têm uma identidade metacultural,

(...)“vivem principalmente da cultura, fizeram do seu modo de vida uma missão de vida. Passaram de usufruidores de determinadas formas e objetos, a agentes de sua preservação e fizeram disso uma atividade laboral, são trabalhadores da cultura” e estão na resistência pela manutenção de seus territórios; os nativos idosos não apresentaram envolvimento comunitário, no sentido da resistência, da militância, tampouco demonstram necessidade de agir para preservar, “vivem a cultura vernácula, porque a vivem simplesmente, sem pensar quanto, como ou até quando a vivem ou viverão, ainda que partilhem do sentimento de perda de espaço com os nativos metaculturais (HICKENBICK, 2022).

Este resultado esclarece quanto a ausência dos sujeitos que vivem a cultura vernácula nos Coletivos Preservacionistas.

Constatamos proximidade entre o conceito de educação patrimonial, como ação de natureza processual que transcende ações pontuais e descontínuas (da Política) e a perspectiva do acompanhamento, por meio de projetos com execução de média duração (do Programa). Como aproximação, verificamos ainda a limitação quanto a ações ligadas ao mercado, se não se caracterizarem como estruturantes do universo cultural dos bens em questão (da Política) e a caracterização do TBC fundamentalmente como organização para a proteção das práticas culturais, sendo a visitação uma ação complementar (do Programa).

A questão da ativação econômica dos bens culturais (inserção no mercado/ comercialização) tem sido discutida entre a equipe do Programa, bem como com os Coletivos Preservacionistas, principalmente no que se refere aos roteiros culturais. Os roteiros constam do Plano de Salvaguarda e do Dossiê que fundamentou a solicitação do Registro da Pesca Artesanal da Tainha no Campeche como Patrimônio Cultural de Santa Catarina, em 2018:

(....) as protagonistas da presente solicitação, guias de turismo formadas pelo IFSC e nascidas em comunidades pesqueiras, projetam roteiros culturais para moradores, estudantes e turistas (...) “ Temos que mostrar que aqui não é só uma cidade de belezas naturais, que todo mundo pode chegar e usufruir dela, e deixar a história concretada. Essa foi uma forma da gente dar visibilidade e mostrar que aqui tem uma história, tem um povo que vive, tem um modo de vida, e isso a gente tem que respeitar, e tem que conhecer. Então a ideia de fazer este roteiro é pra isso é pra dar visibilidade, por gratidão a eles e pra não deixar morrer “ Roberta Brás, depoimento à TV IFSC, sobre O Projeto Tekoá Pirá- roteiros culturais no Campeche (HICKENBICK e SCHEMES, p. 32, 2020).

De acordo com o Eixo 3 (Difusão e Valorização), acima citado, a ampliação de mercado estaria limitada pelo objetivo de proporcionar benefício exclusivo aos produtores primários dos bens culturais imateriais, e de ser relevante para a estruturação do universo cultural do bem registrado e constar do Dossiê de Registro. No caso da pesca artesanal, a promoção de roteiros foi incluída no Dossiê, mas, não sendo uma ação estruturante, nos termos da Política, tem sido pouco desenvolvida. As ações têm-se concentrado, por exemplo, na reconstrução de um dos ranchos incendiados no Campeche.

Assim, no âmbito do Programa, ações ligadas ao mercado, ou à ativação econômica de bens culturais correspondem à promoção de roteiros culturais, que vêm sendo desenvolvidos fundamentalmente com escolas; os projetos vinculados ao PEP-TBC não acumulam experiência significativa com visitantes, a não ser no contexto escolar/acadêmico. Mesmo assim, a presente pesquisa documental apurou que são ações minoritárias, em relação às ações de Acompanhamento e Articulação, e isto se deve ao fato de que, o envolvimento com as comunidades detentoras aponta para muitas demandas - como o exemplo do rancho, acima citado, ou o Plano de Manejo da Zona Cultural do Monumento Natural Lagoa do Peri - que se apresentam prioritárias, em relação à visitação. Esta é a razão pela qual na Categoria Gestão verificamos uma frequência significativa (Quadro 6), uma vez que, trata da busca por recursos, neste caso, para a reconstrução do rancho no Campeche.

Por estarem sendo preteridas as ações ligadas aos roteiros culturais, em favor das demandas das comunidades, consideramos que algumas questões devem ser pontuadas, e para tanto, retomamos o estudo de Carrelas (2022), sobre os conceitos de visitante e de atrativo, que diferem do que está proposto pela UNWTO (2010):

(...) Assim como Swarbrooke (2002), utilizaremos o termo “visitante” para nos referirmos à totalidade dos que têm uma relação empírica com os atrativos, podendo ser residentes locais ou viajantes, sejam eles turistas ou excursionistas. Justificamos a nossa decisão com dois fundamentos. O primeiro deles refere-se à constatação de que os atrativos não estiveram sempre diretamente vinculados ao sistema turístico. Esta relação é recente e foi impulsionada com o turismo mais moderno (SWARBROOKE, 2002). O atrativo, por ser um recurso próprio de um local, tanto pode motivar visitas de turistas como de residentes locais (SWARBROOKE, 2002). O segundo aspecto está fundamentado na ideia de que os atrativos, bem como parte dos serviços turísticos (restaurante, parques, entretenimento), também atendem as populações locais ou, invertendo a lógica, os atrativos e serviços também atendem os turistas. O que assumimos é a correlação entre os turistas e residentes locais como públicos de uma série de ofertas de lazer, recreação e entretenimento.

A atração de visitantes é definida como um recurso que pode ser tanto natural quando produzido pelo ser humano e que é desenvolvido para promover as visitas (HU e WALL, 2005). A preferência pela expressão “atrativo de visitante” adotada por Leask (2010) acontece por lhe interessar- entender o papel do mercado das visitas que são diárias, assim como das visitas focadas no contexto daqueles visitantes que pernoitam no destino turístico. Dentre as categorias de atração de visitantes, Leask (2010) identifica pelo menos sete categorias: parques (parques aquáticos, de diversão e temáticos), galerias e museus (arte, cultura, histórica, baseada em coleções, virtuais e abertos ao ar livre), naturais (jardins, parques nacionais, floresta), animais (safari, fazendas, zoológicos, aquários), centros de visitantes (cultural,

industrial, transporte), lugares religiosos e patrimônio (castelos, fortes, casas históricas, centros de visitantes, monumentos, industrial, dark, arqueológico, militar e musical). Ao reconhecermos essas categorias percebemos o seu enquadramento tanto na motivação para visitas de turistas como para residentes locais (CARRELAS, p. 86-7, 2022).

A autora assume o termo *visitante* para designar a totalidade do público, independentemente da razão da motivação da visita,

Apesar de compreendermos a diferenciação proposta por Leiper (1990), entendemos que os atrativos, dependendo do público, poderão ser considerados atrativos turísticos, ou atrativos de visitantes. Adotaremos o termo atrativos turísticos por ser um termo genérico, amplamente utilizado, incorporando tanto o público composto por visitantes, sejam eles turistas ou excursionistas, bem como residentes locais (...) reconhecendo também a possibilidade não apenas do tempo livre, para lazer ou turismo (...) mas também as visitas motivadas por aspectos educacionais (LEASCK, 2010). No âmbito educacional, não nos referimos à aprendizagem decorrente das visitas feitas aos atrativos turísticos motivados pelo interesse do visitante, mas sobretudo às visitas incorporadas no contexto didático-pedagógico de instituições de ensino que, no contexto do Instituto Federal de Santa Catarina, é comumente denominado como saída de campo ou visita técnica. No âmbito educacional, os visitantes podem ser quer alunos residentes, como também podem ser alunos turistas que viajam em turismo pedagógico (...) A escolha do termo “visitante” acontece por entendermos que os atrativos propostos no âmbito do Projeto Tekoá pretendiam ser imbuídos de uma proposta inclusiva e não restrita apenas ao âmbito turístico (...) consideramos a possibilidade de experimentar aqueles lugares que nos são familiares de um modo diferenciado, ao experimentá-los com os olhos de turista como considera Edelheim (2015), possível de acontecer quando acompanhamos familiares e amigos para conhecer a nossa própria cidade (CARRELAS, p, 87, 2022).

No Documento ATA (13-12), verifica-se o questionamento sobre a realização de roteiros, considerada incipiente por alguns dos participantes do Primeiro Encontro do Programa, convidados a avaliar o evento. A realização ainda incipiente de roteiros é também objeto de reflexão e autocrítica, uma vez que o IFSC tem sua oferta educativa no Eixo Tecnológico Turismo, Hospitalidade e Lazer, que os roteiros têm por objetivos dar a conhecer, divulgar, visibilizar a prática cultural, o lugar (Linha de Atuação Comunicação). Nesse sentido, há proximidade com as diretrizes da Política Federal – vide restrição acima descrita para ações de ampliação de mercado; no caso do Programa - não como restrição, mas como priorização de ações em prol da estruturação das práticas culturais. Consideramos que a organização dos roteiros poderia ser caracterizada mais como um produto cultural - ainda que com os objetivos acima descritos - e a organização da base comunitária, como um processo. Em

síntese, o PEP-TBC não se tem dedicado aos roteiros como atrativos de visitantes – vide categorias descritas acima (CARRELAS, 2022).

Para Souza Filho, o bem preservável deve ser localizável, reconhecível e publicamente tido como bem cultural; os cidadãos têm direitos de visualização, informação, conservação, ao mesmo tempo em que passam a ter obrigações para com o bem (SOUZA FILHO, 2011 In HICKENBICK, p. 28, 2022). Ao mesmo tempo, o autor ressalta a ameaça que sofre o patrimônio cultural, em razão da formação socioeconômica capitalista e sua inerente orientação de mais produção em menor tempo, em detrimento da preservação (SOUZA FILHO, 2011 In HICKENBICK, 2022).

A literatura especializada sobre TBC tem apontado a dimensão da comercialização como uma fragilidade; esta dimensão foi considerada uma das linhas prioritárias no contexto do I Encontro Nacional da Rede Turisol, realizado em 2010, tendo também sido discutida em diversos eventos nacionais e internacionais sobre o TBC (BURSYTIN e BARTHOLO, 2012 In CARRELAS, 2022).

Questionamos a consideração da dimensão comercial como fragilidade do TBC, uma vez que talvez esta seja, mesmo uma impossibilidade que deriva do fato de que, o Turismo de Base Comunitária não se coaduna com os objetivos do Setor Produtivo.

A questão é controversa, e também no campo patrimonial, está colocado o debate sobre a mercantilização do patrimônio tornar-se numa ferramenta a favor dos grupos envolvidos, mas, por outro lado, desprovê-lo de conteúdo político, operar na lógica de mercado, fundada na instrumentalização da cultura para obtenção de lucro, e afastar-se da lógica da cultura, fundada na produção de sentido e na comunicação sentido.

A relação entre o Programa e a Política está, até o momento, ancorada no que estabelece o Eixo 3 do Termo de Referência de 2015, qual seja, a Produção e a reprodução Cultural do bem, mais que no Eixo Difusão e Valorização.

Consideramos importante retomar duas questões elencadas em estudos anteriores, quais sejam, a legitimidade da inversão de recursos públicos no TBC – leia-se organização de bases comunitárias para a proteção de seus territórios - pela urgência do enfrentamento das diversas crises contemporâneas ligadas à destruição ambiental e cultural (HICKENBICK, 2022), e a inserção de instituições

educacionais nas comunidades e coletivos, nomeadamente das instituições educacionais públicas, e especificamente dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia para a promoção de práticas turísticas menos intensivas e menos impactantes, e para a ressignificação da relação - histórica e desafiadora - entre patrimônio cultural e turismo (CARRELAS e HICKENBICK, 2019; CARRELAS e HICKENBICK, 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta investigação debruçamo-nos sobre as ações do Programa de Extensão Educação Patrimonial e Turismo de Base Comunitária, desenvolvidas entre 2021 e 2023, buscando compreender a sua relação com a Política Federal para a proteção do patrimônio imaterial. Para tanto, aprofundamos questões tratadas no estudo desenvolvido sobre processos de patrimonialização e turismo, no caso da pesca artesanal da tainha no Campeche.

Os resultados apontaram para a proximidade entre as ações do Programa e a Política, e, sendo assim, para possibilidades de gestão participativa entre instituições federais.

Pela capilaridade que têm os Institutos Federais, consideramos a criação de programas, como o PEP-TBC que promovam ações em torno de bens culturais e naturais, de forma articulada à formação profissional, uma estratégia que pode contribuir com as finalidades e objetivos institucionais, no que se refere ao compromisso com o desenvolvimento dos lugares onde estão inseridos os seus Câmpus. Reiteramos a legitimidade da inversão de recursos públicos em propostas de Turismo de Base Comunitária, em face da urgência do enfrentamento de uma das mazelas dos nossos tempos, a destruição ambiental e cultural (HICKENBICK, 2022).

A partir da análise dos documentos, confirmamos a predominância de ações com duração de médio e longo prazo o âmbito do Programa, que privilegiam a processualidade em detrimento da pontualidade e da descontinuidade, e constatamos a relação com a Política Federal para a salvaguarda do patrimônio imaterial, principalmente pela aderência ao Eixo 3 do Termo de Referência, *Produção e Reprodução Cultural, e pela concepção de Educação Patrimonial*, conforme as Diretrizes publicadas em 2016.

Por outro lado, consideramos a perspectiva do Programa como um contraponto, que pode ser entendido tanto no sentido de contraste quanto no sentido de complemento, ao que predomina na prática extensionista institucional, cuja ênfase está na comunidade interna (os estudantes), mais que na comunidade externa, e na qual, o tempo privilegiado é o tempo dos cursos, que por diversas vezes não harmoniza com o tempo das comunidades.

Os bens imateriais são aqueles sobre os quais o Brasil se pronunciou nos anos de 1980, na Constituição Federal, e mais tarde, no Decreto nº 3551 de 2000,

e, que, em 2003, no âmbito internacional, foram também contemplados pela UNESCO, com a Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Imaterial, numa ampliação do olhar para além dos bens culturais ligados às camadas sociais privilegiadas, e cuja continuidade exige que se enfrentem os interesses do Setor Produtivo, inclusive do turismo, na direção da preservação da cultura e do meio ambiente. Esta preservação pressupõe a ideia de cultura como modo de vida, onipresente e incorporada na vida social, no cotidiano e no trabalho, em contraposição à cultura do universo dos produtos, produtores, equipamentos, órgãos culturais.

Para uma reflexão final, retomamos a ideia do contraponto, agora tomando de empréstimo o sentido que tem no campo da música, como sobreposição de uma ou mais linhas melódicas à melodia principal. Voltamos ao começo, à localização do TBC, da salvaguarda do patrimônio imaterial e do Programa, como lugares de resistência às forças sociais que se exercem sobre eles, na complexidade das sociedades capitalistas, em especial daquelas periféricas (SANTOS, 2005; 2009; 2014). Estas forças sociais, ligadas ao movimento geral de concentração da vida nas cidades, ao desenvolvimento tecnológico em geral, à sofisticação dos meios de comunicação e informação, e, mais especificamente no que se refere ao objeto deste estudo, aos mercados imobiliário e turístico, seriam a melodia principal dos nossos tempos. E, os movimentos de resistência, a preservação de referências culturais de outros tempos – rugosidades, como propôs Milton Santos – seriam uma linha melódica que se lhe pode sobrepor, para incitar à crítica, para lembrar, parafraseando Thompson (1998) a natureza pré-capitalista da humanidade, e pensar sobre a gama de possibilidades do ser humano; esta perspectiva reforça a dimensão educativa dos processos de preservação do patrimônio e do Turismo de Base Comunitária.

REFERÊNCIAS

- ARANTES, Antônio Augusto. **O Patrimônio Imaterial e a Sustentabilidade de sua salvaguarda**. Campinas, SP: Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura, 2004. v.12, p.11 a 18.
- ARÓSTEGUI, J. **A Hermenêutica e a Alternativa da Compreensão**. Bauri SP: Edusc, 2006a. p. 374 a 387.
- ARÓSTEGUI, J. **O Marco de Referência: O Método das Ciências Sociais**. In ARÓSTEGUI, J. A pesquisa histórica. Teoria e Método. São Paulo: Edusc, 2006a. p. 423 a 450.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Edição 70. Lisboa: 2018.
- BARRETTO, M. **Cultura e Turismo. Discussões Contemporâneas**. Campinas SP: Papirus Editora, 2016.
- BARRUCHO, L. G. **Florianópolis é Cidade Mais Favorável ao Empreendedorismo, diz Estudo**. 2014. Disponível em https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/11/141124_empreendedorismo_lgb_lk.
- BARTHOLO, R., (Coord.) CAMPOS, A., BURSZTYN, I., EGREJAS, M., & LIMA, R. **Relatório Técnico Científico. Marco Referencial Teórico para o Turismo de Base Comunitária**. Rio de Janeiro RJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011.
- BARTHOLO, R. **Sobre o Sentido da Proximidade: Implicações para um Turismo Situado de Base Comunitária**. In Bartholo, R., Sansolo, D., & Bursztyn, I (Eds.), Turismo de Base Comunitária: Diversidade de Olhares e Experiências Brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem. 2009. p. 45 a 54.
- BARTHOLO, R., SANSOLO, D., & BURSZTYN, I. **Turismo de Base Comunitária: Diversidade de Olhares e Experiências Brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem. 2010.
- BRASIL. **Decreto nº 3551, de 4 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que Constituem Patrimônio Cultural Brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e Dá Outras Providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF: 5 ago. 2000.
- BRASIL, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação Federais. Princípios e Diretrizes**. ICMbio, 2018. Disponível em: <https://ava.icmbio.gov.br/mod/data/view.php?d=17&rid=2977>
- BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação Federais. Caderno de Experiências** Organizadores Marília Falconi Guerra; Carolina Mattosinho de Carvalho Alvite; Bruna de Vita Silva Santos; autores: Ana Gabriela da Cruz Fontoura.... [et al]; ilustrador Daniel Dias Moreira. – Dados eletrônicos – 1 ed.- Brasília, DF: ICMBio, MMA, 2019.
- CALABRE, L. **Diálogos sobre o patrimônio: Estado e sociedade em ação**. In: PINHEIRO, A., R., S. (Org.). Cadernos do patrimônio cultural: educação patrimonial. Fortaleza: Secultfor: IPHAN, 2015. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/257> acesso em janeiro 2021.
- CAMPOS, C. **Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde**. Revista Brasileira de Enfermagem, 2004. v. 57(5), p. 611 a 614. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/257> acesso em janeiro 2021.

CARRELAS, D., C., **Atrativos turísticos e Turismo de Base Comunitária a partir do lugar: estudo de caso de Florianópolis (Brasil)**. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade do Minho. Portugal, 2022.

CASTRO, C., & TAVARES, M. (2016). **Patrimonialização Como Processo de Produção Social do Espaço. Sociedade e Território** – Natal. 2019. v. 28(2), p. 117 a 135.

Centro Regional para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da América Latina (Crespial). Miradas a la gestión del PCI de América Latina: avances y perspectivas. Cusco, Peru. 2019.

CORSINO, C., M. **Inventário Nacional de Referências Culturais. Manual de Aplicação**. Brasília: IPHAN. 2000.

CONTRERAS, H., J., **Patrimônio e Globalização: O Caso das Culturas Alimentares**. In: CANNESQUI, A., M., GARCIA, R., V., D., (Orgs) Antropologia e Nutrição, Um Diálogo Possível. Fundação Oswaldo Cruz. Editora, 2005.

CUNHA, M., C. **Cultura com aspas**. São Paulo: Ubu Editora. 2017.

CRUZ, R. C., A. **“Patrimonialização do Patrimônio”: Ensaio Sobre a Relação entre Turismo, “Patrimônio Cultural” e Produção do Espaço**. GEOUSP Espaço e Tempo (Online), 2012. [S. l.], 16(2), pp. 95 a a 892.

CRUZ, R., C., A., (org.). **Turismo: Espaço, Paisagem e Pultura**. 3 ed. São Paulo: HUCITEC, 2002. p.88 a 99.

EAGLETO, T. **A Ideia de Cultura**. São Paulo: UNESP. 2005.

FONSECA, M., C., L. **A Salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no IPHAN: antecedentes, realizações e desafios**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 35. pp.157-171. 2017.

FONSECA, M., C., L. **Registro. Dicionário do Patrimônio Cultural**. IPHAN, 2018.

FABRINO, N., H. **Turismo de Base Comunitária: Dos Conceitos às Práticas e das Práticas aos Conceitos**. 2013. Disponível em <https://repositorio.unb.br/handle/10482/14215> /

HERNANDÉS., J., C. **Patrimônio e Globalização: o caso das culturas alimentares**. In: **Cannesqui**, Ana Maria. Garcia, Rosa Vanda Diaz. (Orgs) Antropologia e Nutrição, um diálogo possível. Fundação Oswaldo Cruz. Editora, 2005.

HICKENBICK, C. **O Papel de Condutores Ambientais Locais e de Cursos de Capacitação no Ecodesenvolvimento Turístico e as Expectativas Sociais no Sul do Brasil**. Revista Turismo. Em Análise, 23(1), 143-165. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v23i1p143-165>

HICKENBICK, C., RIBAS, L., C., C., ALEXANDRE, M., A., FRALE, O., O., & RAMIREZ, R.C. **Apoio Institucional Para Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários: Proposta Metodológica Com Base na Experiência do IFSC**. Revista Latinoamericana de Economia Social y solidária. 2016. Vol 10, n.19. Disponível em: <https://revistaotraeconomia.org/index.php/otraeconomia/article/view/otra.2016.1>

HICKENBICK, C. **Patrimonialização, Processos Identitários e Turismo na Ilha de Santa Catarina**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

HICKENBICK, C., & SCHEMES, E., F. **Registro da Pesca Artesanal da Tainha no Campeche como Patrimônio Cultural de Santa Catarina**. Florianópolis SC, 2020.

HICKENBICK, C.; CARRELAS, D.C; SCHEMES. E., F., & REMOALDO, P., C. (2021). **A Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial em Santa Catarina e as Suas Relações com o Turismo Cultural**. Revista Turismo Visão e Ação. 2021. V. 23, n. 2. Disponível em <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rtva/article/view/17632>

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. **Parecer nº 006/2006 Registro dos Queijos Artesanais de Minas, a Ser Inscrito no Livro dos Saberes**. Departamento do Patrimônio Imaterial Gerência de Registro, 2006.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. **Educação Patrimonial Histórico, Conceitos e Processos**, 2014.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL –IPHAN. **Cadernos do Patrimônio Cultural: Educação Patrimonial**. PINHEIRO, A., R., S. (Coord.) Brasília, DF: IPHAN, 2015.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. **Portaria nº 137, de 28 de abril de 2016 estabelece Diretrizes de Educação Patrimonial no Âmbito do IPHAN e das Casas do Patrimônio**, Brasília, DF: IPHAN, 2016.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN. **Educação Patrimonial: Inventários Participativos**, 2016a.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. **Portaria nº 137, de 28 de abril de 2016. Estabelece diretrizes de Educação Patrimonial no âmbito do Iphan e das Casas do Patrimônio**, 2016b.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. **Programa Nacional do Patrimônio Imaterial: Compêndio dos Editais: 2005 a 2010**. Brasília, DF: IPHAN, 2016c.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. **Programa Nacional do Patrimônio Imaterial: Compêndio dos Editais: 2011 a 2015**. Brasília, DF: IPHAN, 2016d.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. **Saberes, Fazeres, Gingas e Celebrações: Ações para a Salvaguarda de Bens Registrados como Patrimônio Cultural do Brasil 2002-2018**. ALENCAR, R., R., B., (Coord.); Brasília, DF: IPHAN, 2018.

INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA – IFSC. **Resolução CONSUP nº 61, de dezembro de 2016. Regulamenta as Atividades de Extensão no IFSC**. 2016.

INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA – IFSC. **Tekoá: Turismo de Base Comunitária na Ilha de Santa Catarina**; Projeto de Extensão, 2018a.

INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA – IFSC. **Pesca Artesanal da Tainha no Campeche: Patrimônio Cultural de Santa Catarina**. Projeto de Pesquisa, 2018b.

INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA – IFSC. **Ampliação e Fortalecimento da Base Comunitária no Campeche: Salvaguarda do Patrimônio Cultural e Ambiental e Turismo de Base Comunitária**. Projeto de Extensão, 2022a.

INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA – IFSC. **Ampliação e fortalecimento da Base Comunitária no Bairro José Mendes: Salvaguarda do Patrimônio Cultural e Ambiental e Turismo de Base Comunitária**. Projeto de Extensão, 2022b.

INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA – IFSC. **Apoio à Constituição de Coletivo no Sertão do Ribeirão**. Projeto de Extensão, 2022c.

KRIPKA, R., M., L.; SCHELLER, M.; BONOTTO, D., L. **Pesquisa Documental: Considerações Sobre Conceitos e Características na Pesquisa Qualitativa**. Investigação Qualitativa em Educação, 2015. V. 2.

LEITÃO, C., S. **Como a Economia Criativa Pode Contribuir para a Valorização e a Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural.** In: PINHEIRO, A., R., S. (Org.). *Cadernos do Patrimônio Cultural: Educação Patrimonial.* Fortaleza: Secultfor: IPHAN, 2015.

LEAL, C., F., B. **As Missões da Unesco no Brasil: Michel Parent.** [Tradução de Rejane Maria Lobo Vieira]; Rio de Janeiro: IPHAN, COPEDOC. 2008.

LEAL, C., F., B. **Patrimônio e Desenvolvimento: As Políticas de Patrimônio Cultural nos Anos 1960.** *Anais do Museu Paulista.* São Paulo: 2016. Sér. v.24. n.1. p. 99 a 136. Jan/ abr.

LEAL, C., F., B. **Patrimônio Como Direito, Licenciamento como Possibilidade: Conhecimento e Ampliação do Patrimônio Cultural Diante da Criação do Licenciamento Ambiental nos Anos 1980.** *Anais do Museu Paulista.* São Paulo: Nova Série, 2020. vol. 28, p. 1 a 36.

LESSARD-HÉBERT, M., GOYETTE, G., & BOUTIN, G. **Investigação Qualitativa: Fundamentos e Práticas.** Lisboa: Instituto Piaget. 2012.

LONDRES, C. **Referências culturais: Base para Novas Políticas de Patrimônio.** In: *Inventário Nacional de referências Culturais. INRC 2000. Manual de Aplicação.* Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional- IPHAN.

LUNE, H., & BERG, B. **Qualitative Research Methods for The Social Sciences.** New York City: Pearson Education. Limite, 2017.

MALDONADO, C. **O Turismo Rural Comunitário na América Latina.** In BARTHOLO, R., SANSOLO, D., & BURSZTYN, I. (Eds.). *Turismo de Base Comunitária: Diversidade de Olhares e Experiências Brasileiras.* Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 25 a 44.

MANO, A., MAYER, V., & FRATUCCI, A. (2017). **Turismo de Base Comunitária na Favela Santa Marta (RJ): Oportunidades Sociais, Econômicas e Culturais.** São Paulo: *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 2017. 11(3), p. 413 a 435.

MENESES, U., T., B. **Os “Usos Culturais da Cultura”. Contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais.** In: YÁZIGI, E.; Carlos, A. F. A., 1999.

MENESES, U., T., B. **O patrimônio cultural e a guinada da Constituição de 1988: a Casa de Chico Mendes.** *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, 2018. Nº 37, p. 199 a 209.

MIELKE, E., J., C. **Desenvolvimento Turístico de Base Comunitária.** Campinas: Alínea, 2009.

MIELKE, E., J., C.; PEGAS, F. V. **Turismo de Base Comunitária no Brasil. Insustentabilidade é uma Questão de Gestão.** *Turismo em Análise*, 2013. v. 24, n. 1, p. 170 a 189.

OURIQUES, H., R. **Turismo em Florianópolis: Uma Crítica à “Indústria Pós-moderna”.** Florianópolis: Editora da UFSC, 1998.

OURIQUES, H., R. **A apologia do Turismo em Florianópolis-SC: Mitos e Contradições.** *Revista de Ciências Humanas, Florianópolis*, 1999. Nº 25, p. 63 a 81.

OURIQUES, H., R. **A Produção do Turismo Fetichismo e Dependência.** Campinas SP: Editora Alínea, 2003.

OURIQUES, H., R. **O Urbano como Libertação - Uma leitura Sobre Levbvre.** *Revista Formação*, 2006. Edição Especial – n.13 v.2.

PEREIRA, C. **O turismo cultural e as missões UNESCO no Brasil.** Recife: Tese de Doutorado. Universidade Federal de Pernambuco, 2012.

RIBAS, L., C., C., & HICKENBICK, C. **O Papel de Condutores Ambientais Locais e de Cursos de Capacitação no Ecodesenvolvimento Turístico e as Expectativas Sociais no Sul do Brasil.** *Revista Turismo Em Análise*, 2012. 23(1), 143 a 165. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v23i1p143-165>

RUIZ-BALLESTEROS, E. **Claves Del Turismo de Base Local**. *Gazeta de Antropología*, 33 (1), artículo 00. *Journal of Hospitality and Tourism Management*, 2017. v. 36, p. 12 a 21.

SALAMA, M., R., L. **Comprometidos Com Seu Passado: Discursos e Práticas Participativas de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial no Brasil**. 2016. Tese (Doutorado) - Universitat de Barcelona. Disponível em: <http://diposit.ub.edu/dspace/handle/2445/110349>.

SAMPAIO, C., A., C., ALVES, F., K., & FALK, V., C., V. **Arranjo Socioprodutivo de Base Comunitária: Interconectando o Turismo Comunitário com Redes de Comércio Justo**. *Revista Turismo Visão e Ação*, 2008. v.10, n.2. Disponível em: <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rtva/article/view/630>

SAMPAIO, C., A., C.; COUTINHO, G. C. T. P.; RODRIGUES, L. P. **Fatores Motivacionais do Turista Comunitário: O caso do Projeto Bagagem**. In: *Anais Eletrônicos...* [et al.]. ANPTUR, 2012, p. 1–13. Disponível em: <https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/9/52.pdf>.

SAMPAIO, C., ZECHNER, T., HENRÍQUEZ, C., CORIOLANO, L., & FERNANDES, S. (2014). **Turismo Comunitário a Partir de Experiências Brasileiras, Chilenas e Costarriquenha**. São Paulo: *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 2014. 8(1), p. 42 a 50.

SANTANA, L., R., & OLIVEIRA, T., P. **O Patrimônio Cultural Imaterial das Populações Tradicionais e Sua Tutela pelo Direito Ambiental**. Teresina: *Revista Jus Navigandi*, 2005. Ano 10, N° 750. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/7044>. Acesso em: 16 fev. 2021.

SANT'ANNA, M. **A Cidade-Atração: O Patrimônio Como Insumo para o Turismo**. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, 2019. N° 40. p. 57 a 73.

SANTILLÁN, Á., A., L., & GUARDADO, G., M. **Turismo, Capitalismo e Produção do Exótico: Uma Perspectiva Crítica para o Estudo da Mercantilização do Espaço e da Cultura**. *Relaciones Estudios de Historia y Sociedad*, 2010. N° 31(123), p. 219 a 260.

SANTOS, M. **O Território e o Saber Local: Algumas Categorias de Análise**. Rio de Janeiro: *Cadernos IPPUR*, 199. Ano XIII, n. 2, p. 15 a 26.

SANTOS, M. **Da Totalidade ao Lugar**. São Paulo: Editora da USP, 2005.

SANTOS, M. **Espaço e Método**. São Paulo: Editora da USP, 2014.

SILVA, K., T., P., RAMIRO, R., & TEIXEIRA, B., S. **Fomento ao Turismo de Base Comunitária: A Experiência do Ministério do Turismo**. In BARTHOLO, R., SANSOLO, D., & BURSZTYN, I. *Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: *Letra e Imagem*, 2010.

SILVA, F., P., S., MATTA, A., E., R., & COIMBRA DE SÁ. **Turismo de Base Comunitária no Antigo Quilombo Cabula**. *Caderno Virtual de Turismo*. Rio de Janeiro, 2016. N° 16(2), p. 79 a 92.

SILVESTREIN, M., L., & DIANOVSKY, D. **Reconhecimento do Patrimônio Imaterial, Mercado e Política - Reflexões a Partir de Uma Experiência de Estado**. *Revista Andaluza de Antropología*, 2017. N°. 12, p. 70 A 93.

UNESCO. **Recomendação Sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular**. 1989. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20Paris%201989.pdf>

UNESCO. **DECLARAÇÃO Universal sobre a Diversidade Cultural**. 2001. Disponível em <http://www.dominionpublico.gov.br/download/texto/ue000115.pdf> /Acesso em: 30 de ago. 2023.

UNESCO. **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**. 2003 Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Convencao_Salvaguarda_Patrimonio_Imaterial.pdf

UNESCO. **Convenção Sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais**. Texto oficial ratificado pelo Brasil por meio do Decreto Legislativo 485/2006. Disponível em:
http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao_protecao_promocao_diversidad_e_das_expressoes_culturais_2005.pdf/